

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 28 de Fevereiro de 2009**

**Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto É Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>O fechamento de escolas do MST e o fundamentalismo de direita no RS</b> - Clarissa Pont – Agência Carta Maior – 02/03/2009 .....	5
<b>Sem-terra morre durante briga em acampamento</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 03/02/2009 .....	10
Morre em Porto Alegre o deputado Adão Pretto – Sítio eletrônico do MST – 05/02/2009.	10
<b>Governo vai regularizar em três anos terras na Amazônia Legal</b> – Sítio eletrônico da Contag - 06/02/2009 .....	11
<b>Índios reivindicam área no Ceará destinada à Petrobras</b> – Kamila Fernandes – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2009 .....	11
<b>Deputado ligado ao MST morre aos 63 no Sul</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2009 .....	12
<b>Lei irregular pode anular processos no Pará</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 07/02/2009 .....	12
<b>Lula escuta apelos pela reforma agrária durante enterro de deputado no RS</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2009 .....	13
<b>Deputado Adão Pretto morre em Porto Alegre</b> - Sérgio Bueno – Valor Econômico – Política - 06/02/2009 .....	14
<b>Filme antigo</b> - O Globo – O País – 08/02/2009.....	15
<b>Movimento socioambientalista rechaça propostas do governo</b> - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 09/02/2009 .....	16
Movimento homenageia Adão Pretto no Distrito Federal – Sítio eletrônico do MST – 09/02/2009 .....	17
<b>“Propriedade da terra e fusões rurais!”</b> , por Amado de Oliveira Filho - A Gazeta - MT – 11/02/2009 .....	18
<b>Assentamentos ficam em segundo plano na Amazônia</b> – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Brasil – 13/02/2009 .....	19
<b>PRESIDENTE DIZ QUE, EM 6 ANOS, JÁ DESAPROPRIOU MAIS TERRA QUE FHC</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 13/02/2009 .....	21

### Segunda quinzena

<b>Ainda tem pés de barro</b> – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 16/02/2009 ...	21
<b>Pará define donos de área rica em mata e minérios</b> – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 16/02/2009 .....	22
<b>Governo lança programa contra caos fundiário na Amazônia</b> - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 17/02/2009 .....	23
<b>Medida pode favorecer grileiros de terra</b> – Sítio eletrônico da Contag - 17/02/2009 .....	25
<b>Grupo Móvel resgata 252 trabalhadores em Pernambuco</b> – Sítio eletrônico da CPT – 17/02/2009 .....	26
<b>Brasil perde intelectual da questão agrária</b> – Sítio Eletrônico do MST – 17/02/2009....	26
MP e Governo Yeda voltam a criminalizar MST – Sítio eletrônico do MST – 18/02/2009	27
<b>Marina confronta MP para a Amazônia</b> – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 20/02/2009 .....	30

<b>Conflito com MST deixa 4 mortos em PE</b> – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 23/02/2009 .....	31
<b>MST de Rainha invade ao menos 11 áreas no Pontal</b> – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 24/02/2009 .....	32
<b>Após mortes em PE, sem-terra abandonam fazenda invadida</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 24/02/2009 .....	33
<b>Governo paulista suspende diálogo com MST</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 25/02/2009 .....	34
<b>Governo de PE nega proteção aos sem-terra</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 25/02/2009 .....	35
<b>AULAS PARA SEM-TERRA NO RS</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 25/02/2009 .....	36
<b>Congresso Nacional e Governo do Pará definirão utilização de terras</b> - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 26/02/2009 .....	36
<b>Governo é cúmplice de atos ilegais do MST, diz Mendes</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 26/02/2009 .....	38
<b>Rainha recua e diz que áreas serão desocupadas</b> – Foha de São Paulo – Brasil – 25/02/2009 .....	39
<b>Fazenda invadida não poderá ser desapropriada</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 26/02/2009 .....	40
<b>Índia desiste de produzir álcool no Brasil</b> – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Brasil – 26/02/2009 .....	40
<b>STF: repasses para o MST são ilegais</b> – O Globo – Capa – 26/02/2009 .....	41
<b>STF: repasse de verba pública ao MST é ilegal</b> – O Globo – O País – 26/02/2009 .....	41
<b>Incrá: assassinos serão excluídos de programa</b> – O Globo – O País – 26/02/2009 .....	43
<b>Fora dos limites</b> – O Globo - OPINIÃO – 26/02/2009 .....	43
<b>Só pechinchas movem vendas de terras</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 26/02/2009 .....	44
<b>CNA: O ESTADO DE DIREITO É FUNDAMENTAL</b> – CNA – 27/02/2009 .....	46
<b>Seminário discute Limite da Propriedade da Terra</b> – Sítio Eletrônico da Contag – 27/02/2009 .....	47
<b>Repasso federal ao MST cai 25% por ano desde 2004</b> – Eduardo Scolese – Estado de São Paulo – Brasil – 27/02/2009 .....	48
<b>TJ multa grupo sem-terra por invasão de fazenda em Minas</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 27/02/2009 .....	49
<b>Repasso ilegal a invasores de terras chega a R\$ 50 milhões</b> – O Globo – Capa – 27/02/2009 .....	49
<b>Dinheiro público para invasores</b> – O Globo – O País – 27/02/2009 .....	49
<b>'Isso é a sociedade financiando a violência'</b> – O Globo – O País – 27/02/2009 .....	51
<b>Ministros defendem repasse de verba federal a sem-terra</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009 .....	52
<b>CPT critica e ruralistas dão apoio a Mendes</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009 .....	53
<b>Advogado de Rainha diz que Mendes deve ser impedido de julgar processos sobre MST</b> – Claudio Dantas Sequeira – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009 .....	54
<b>Procurador investiga entidades que receberam R\$ 3 mi da União</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009 .....	54

<b>Famílias dizem sofrer ameaça de pistoleiros em frente de fazenda</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009 .....	55
<b>MST: Dilma e ministro defendem repasses</b> – O Globo – Capa – 28/02/2009 .....	55
<b>MST: ministros defendem repasses</b> – O Globo – O País – 28/02/2009.....	56
<b>Tudo pelo 'social'</b> – O Globo – Opinião – Editorial – 28/02/2009 .....	57

**O fechamento de escolas do MST e o fundamentalismo de direita no RS - Clarissa Pont**  
– Agência Carta Maior – 02/03/2009

A determinação do Ministério Público estadual e do governo tucano de Yeda Crusius em fechar as escolas itinerantes em acampamentos mantidos pelo MST é, na avaliação do movimento, apenas a ponta de um iceberg que acumula sob a margem toda uma rede de ações que criminalizam e até tentam “dissolver” o Movimento. O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a reconhecer e regulamentar as Escolas Itinerantes, através de parecer do Conselho estadual de Educação, em 1996.

PORTO ALEGRE - O governo do Rio Grande do Sul suspendeu unilateralmente o repasse de verbas para as escolas itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por exigência do Ministério Público do Rio Grande do Sul. A determinação do MP e do governo tucano de Yeda Crusius em fechar as escolas itinerantes em acampamentos mantidos pelo MST é, na avaliação do movimento, apenas a ponta de um iceberg que acumula sob a margem toda uma rede de ações que criminalizam e até tentam “dissolver” o Movimento. O MST lembra com pesar que o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a reconhecer e regulamentar as Escolas Itinerantes, através de parecer do Conselho estadual de Educação, em 1996.

A decisão é o desfecho de uma perseguição que já acumula alguns anos e se intensificou quando o Conselho Superior do MP chegou a cogitar, em 2008, a declaração de ilegalidade do MST no Estado. A ideia de banir o movimento dos sem-terra, defendida por uma ala de promotores e procuradores de Justiça do Estado, se fundamentava na interpretação de que a entidade abdicou da luta pela terra para buscar a transformação da sociedade brasileira lançando mão de meios não-pacíficos. A proposta chegou a ser registrada em ata, mas acabou descartada. Um inquérito civil sobre as práticas da organização, porém, continuou em andamento e deu origem à decisão do fechamento das escolas.

No dia 10 de fevereiro deste ano, a escola do acampamento de Sarandi, que atendia a 130 crianças, foi fechada por determinação do MPE e do governo do Estado. Segundo o MP, a decisão foi tomada com base em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado pela instituição e pelo governo do Estado. No entanto, diz o MST, o TAC foi assinado sem conhecimento de pais, alunos e educadores. O termo, acrescenta nota divulgada pelo movimento, também desrespeita as Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2002.

Em junho de 2007, o Rio Grande do Sul já era notícia nacional depois que a Brigada Militar destruiu um barracão onde o Movimento mantinha uma sala de aula, dentro da área da Granja Nenê, em Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre. Na mesma ação, deflagrada ao amanhecer, os cerca de 30 soldados da corporação também inutilizaram um terreno que os sem-terra haviam preparado para cultivo de hortaliças. Segundo um dos coordenadores do MST no Rio Grande do Sul, João Amaral, o barracão, construído com taquaras e coberto por uma lona, era usado como escola itinerante de ensino básico por 57 crianças de um acampamento próximo, mas fora da Granja Nenê, onde vivem 80 famílias.

Diariamente os alunos e professores entravam na propriedade rural, iam até o barracão e, ao fim das aulas, voltavam para o acampamento, à beira de uma estrada vicinal, assim como os sem-terra que iam preparar o terreno para a horta.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a reconhecer e regulamentar as Escolas Itinerantes. A experiência gaúcha permitiu a instalação de escolas em acampamentos de diversos estados, como Sergipe, Paraná e Bahia. "O fechamento das escolas era uma das medidas previstas pela ata do MPE. O MST teme que o Governo do Estado e o MPE reiniciem as ações ilegais de criminalização elaboradas pelas duas instituições, tais como impedir que os trabalhadores rurais possuam título de eleitor, que sejam impedidos de realizarem reuniões ou manifestações", diz uma nota divulgada pelo movimento.

O deputado estadual Dionilso Marcon (PT) aprofunda as críticas. "Essa é uma perseguição política tanto do MP quanto do Governo do Estado, uma opção ideológica da extrema direita que acredita que pobre não pode frequentar escola. Vou te dar um exemplo, agora as famílias que estão acampadas serão transferidas para um assentamento em São Gabriel. Quando as crianças chegarem, o ano letivo já terá começado e não há espaço dentro destas escolas para elas. A gente defende as escolas para que as crianças não percam o ano letivo, nem o costume de serem agricultores e para que não sejam discriminadas".

"O prefeito de São Gabriel já me ligou e disse que o custo de transporte destas crianças até as escolas próximas é muito alto", disse Marcon à *Carta Maior*. Segundo ele, o custo que o Estado tinha com estas crianças nas Escolas Itinerantes era de R\$ 20 mil por mês e que, agora, só com o transporte o gasto será de R\$ 50 mil. "Vão acontecer mobilizações dos pais, alunos e professores. A gente pediu uma audiência com o MP para tratar desta questão e as crianças vão seguir assistindo às aulas nos assentamentos", garantiu.

Faz coro à defesa das escolas itinerantes, toda uma leva de educadores e intelectuais que acreditam que são as experiências de educação popular que têm a ensinar a escola tradicional, e não o contrário. "O processo educativo singulariza o MST. Não conheço nada que sequer se aproxime de toda a elaboração do movimento a respeito. Pelo menos desde a ruptura popular que o nome de Paulo Freire simboliza não se via tamanha centralidade da Pedagogia, em seu sentido transformador amplo, na formulação e condução de uma política de emancipação social através da luta pela terra. A educação como "formação" - na acepção mais substantiva do termo - acompanha em profundidade cada uma das etapas de um dos lemas estratégicos do Movimento: ocupar, produzir, resistir. Daí outra particularidade deste movimento sem igual: o único a incorporar metodicamente ao seu sistema de referências os grandes marcos de reflexão que delimitam a tradição crítica brasileira. De Caio Prado Júnior a Celso Furtado, cuja originalidade até hoje faz pensar, só o MST soube reconhecer. Ao contrário dos demais coletivos que pontuaram a história política do País pela combinação não prevista de capitalismo e escravidão, ou pela visão inédita do subdesenvolvimento como um resultado histórico-estrutural - e não uma etapa atrasada na linha evolutiva da modernização", avalia o filósofo e professor aposentado da USP, Paulo Arantes.

A determinação do MP e do Governo do Estado é a ponta de um iceberg que inclui uma onda em curso no Rio Grande do Sul de abuso de autoridade que criminaliza e desmoraliza agricultores sem terra, professores ou qualquer outro movimento social em sua legítima reivindicação seja por reforma agrária, seja por salário, seja por respeito. Segue abaixo documento assinado por Leandro Scalabrin, membro da comissão de Direitos Humanos da OAB – RS, onde estão registradas práticas comuns na repressão aos movimentos sociais gaúchos e trechos das recomendações do MP gaúcho.

### **FUNDAMENTALISMO DE DIREITA FECHA ESCOLAS ITINERANTES DO MST E DEIXA 310 CRIANÇAS SEM EDUCAÇÃO**

O Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, através de uma decisão de seu Conselho Superior (CSMP), decidiu colher dados e produzir um relatório (elaborado pelos Promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardelotto) sobre a atuação do MST no Rio Grande do Sul aprovou o voto e os encaminhamentos propostos pelo procurador e Conselheiro Gilberto Thums, com as seguintes recomendações:

1. [...]designar uma equipe de Promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade. ...

2. [...] o voto é pela intervenção do Ministério Público nas três 'escolas' referidas a fim de tomar todas as medidas que serão necessárias para a readequação à legalidade, tanto no aspecto pedagógico quanto na estrutura de influência externa do MST [...]. Sugere-se sejam tomadas medidas para, se necessário, ocorrer o ajuizamento de ações civis públicas com vista à proteção da infância e juventude em relação às bases pedagógicas veiculadas nas escolas mantidas ou geridas pelo MST, nitidamente contrárias aos princípios contidos na Constituição Federal e que embasam o Estado Democrático de Direito. Da mesma forma, sugere-se a tomada de medidas judiciais, se necessário, para impedir a presença de crianças e adolescentes em acampamentos, assim como em marchas, colunas ou outros deslocamentos em massa de sem-terras, tendo em vista serem ambientes notoriamente inadequados para pessoas em processo de desenvolvimento.

5. [...] "realização de investigação eleitoral nas localidades em que se situam os acampamentos controlados pelo MST, examinando-se a existência de condutas tendentes ao desequilíbrio deliberado da situação eleitoral local. Após ter sido denunciado publicamente o teor desta deliberação, o CSMP esclareceu que em 07 de abril de 2008 reuniu-se em nova sessão, solicitou informações sobre o cumprimento das medidas aprovadas, quando seus membros manifestaram "total apoio aos Promotores de Justiça designados por tratar de tema de segurança pública" e ao final, decidiram por desclassificar o processo administrativo quanto a seu caráter sigiloso e retificar a ata de 3 de dezembro de 2007, para suprimir a determinação anterior de ajuizamento de ação civil pública para dissolução do MST e a declaração sua ilegalidade. Tamanha foi a repercussão e reação dos setores democráticos da sociedade brasileira, inclusive do próprio Ministério Público do RS, que em 30 de junho de 2008, em nova reunião do CSMP, houve nova retificação da ata, onde constou que tudo não passou de um equívoco, tudo que constou na ata não foi

aprovado, fazendo constar que a deliberação do conselho teria sido somente a de designar "Promotores de Justiça para conhecer do expediente e levar a efeito as medidas legais cabíveis" e não os encaminhamentos propostos pelo Procurador Thums.

Contradizendo as duas atas retificadoras, os promotores designados pelo CSMP (Luís Felipe de Aguiar Tesheiner e Benhur Biancon Junior – os mesmos que entraram com as ações contras os acampamentos) continuam atuando contra o MST[2], e nos autos do processo onde a dissolução do MST havia sido proposta (expediente n. 16.315-0900-07-9), firmaram TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o governo do Estado do RS (firmado pela da Secretaria Estadual de Educação Mariza Abreu), onde este assume a obrigação de "deixar de desenvolver os Cursos Experimentais (Experiencia Pedagógica) nos níveis de educação infantil – faixa etária de 4 a 6 anos, ensino fundamental e ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, nas escolas dos acampados do Movimento dos Sem Terra, no Rio Grande do Sul, também denominadas de "Escolas Itinerantes", autorizados pelo Conselho Estadual de Educação do RS" (cláusula primeira), até "04 de março de 2009" (cláusula segunda), sob pena pagar multa de um salário mínimo por dia (cláusula sétima). O TAC foi firmado em 28 de novembro de 2008. No dia 10 de fevereiro de 2009, a escola itinerante do acampamento Oziel Alves, em Sarandi – RS (das famílias que foram despejadas de Coqueiros do Sul), foi a primeira escola a ser intimada da medida.

O TAC afirma que seu objetivo é garantir a todos os alunos acampados, bem como os que se agregarem ao movimento, vaga em rede de ensino público regular mais próximo ao acampamento e transporte escolar (cláusula terceira e quarta), mas na realidade, conforme afirmou o Promotor Thums, em seu voto, a ação é contra a complacência do poder público, notadamente dos "governos de esquerda" que se limitariam a "fornecer cestas básicas, lonas para as barracas, cachaça, treinamento em escolas para conhecer a cartilha de Lenin, etc".

No relatório elaborado pelos promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardeloto, onde a intervenção nas escolas foi sugerida inicialmente, a referência básicas é a revista VEJA que compara as escolas do movimento aos Madraçais do Islã e as acusa de ensinar as crianças a "defender o socialismo" e "desenvolver a consciência revolucionária". Os promotores afirmam que o objetivo da intervenção nas escolas é "colocar as crianças e adolescentes que residem nos acampamentos a salvo da ideologização agressiva" (fls. 79). O relatório também possui um capítulo "Contabilizando o prejuízo para a sociedade: quanto custa um sem-terra", onde afirmam que o poder publico gasta em média por mês, com alimentação e repressão policial, R\$1.195,11 por família acampada.

Outra fonte de informações dos promotores que firmaram o TAC tentando fechar as escolas do MST é o relatório de inteligência n. 1293-251007-100 da PM2, o serviço secreto da Brigada Militar, sobre a "realidade das escolas itinerantes do MST no RS" que lhes foi entregue em 14-3-2008. Neste relatório são apresentadas informações sobre a "origem da implantação das Escolas", a "estrutura geral das Escolas Itinerantes", "dos responsáveis pelas Escolas Itinerantes ... pelo MST ... pela Secretaria Estadual de Educação"; o "setor de educação do MST no Brasil", e ainda informações sobre "2 O que foi feito para que as escolas fossem reconhecidas legalmente?", "3 Como são montadas as escolas? E como é



sua estrutura física e funcional?", "4 O material pedagógico oferecido aos alunos é elaborado da seguinte forma: É seguida a linha pedagógica de Paulo Freire, pedagogia do MST e livros didáticos. O Estado fornece livros, para aulas de português, matemática e geografia. Os professores ministram também aulas sobre movimentos sociais"; "5 Quem são os educadores das escolas itinerantes", "6 A estrutura das Escolas no RS", "7 Dos outros tipos de escola do MST", "7.1 Veranópolis", "7.2 Palmeira das Missões". Nas considerações finais o relatório enfatiza que "os dados ora apreciados não são de livre acesso" provando que o atual governo, além de colocar o serviço secreto para investigar escolas, como fazia a ditadura, repassou informações que não são de acesso público aos arapongas.

O TAC contradiz a visão do Procurador Geral de Justiça do RS, Dr. Mauro Renner, que comanda o Ministério Público do RS e esteve no acampamento Jair Antonio da Costa em Nova Santa Rita (em 06 de agosto de 2008). "Renner ficou sensibilizado com a precariedade dos recursos materiais à disposição das escolas itinerantes que funcionam no local. Em contato com os alunos de 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental da Escola Itinerante Che Guevara, Renner observou que as aulas acontecem sob lonas plásticas, sem qualquer iluminação. Ele prometeu intermediar uma aproximação entre o movimento e a Secretaria Estadual da Educação. "Seremos interlocutores junto ao Estado para acabar com carências e omissões que porventura estejam acontecendo", assinalou (...) "Buscamos uma sociedade justa, fraterna e solidária", esclareceu, e destacou a existência de uma "absoluta coincidência" entre os compromissos do MPF e a estrofe de uma das canções do MST: "Lutar contra injustiças e abuso de poder" (<http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/clipping/id70562.htm>).

*[1] Luis Felipe Tesheiner, um dos Promotores que assinou a ação apresentada à Justiça de Carazinho, declarou ao Jornal Zero Hora de 18 de junho de 2008 que: "Não se trata de remover acampamentos, e sim de desmontar bases que o MST usa para cometer reiterados atos criminosos".*

*[2] Em 06 de setembro de 2008 o Procurador Gilberto Thums afirmou ao jornal Diário da Manhã de Carazinho, que "o MP está um compasso de espera. "Não sei exatamente que tipo de desdobramento vai ter, mas uma coisa eu posso garantir. Nós temos várias ações já alinhavadas para serem promovidas nos próximos dias. Isso é um cerco que estamos fazendo. Um prato quente que estamos comendo pelas bordas. Não posso revelar que tipo de ações estamos planejando, e que vão ser ajuizadas. A remoção dos acampamentos não é o fim ainda. Nós temos muita munição para gastar", garante.*

**Sem-terra morre durante briga em acampamento** – Folha de São Paulo – Brasil – 03/02/2009

O sem-terra Ademar Alves, 48, foi morto na manhã de anteontem em um acampamento de Bituruna (PR), após briga pela liderança da área. Dois homens foram presos em flagrante e outros quatro, que estão foragidos, tiveram suas prisões preventivas decretadas. De acordo com o delegado-adjunto de União da Vitória (PR), Jonas Peixoto do Amaral, um grupo de insatisfeitos com a eleição de Alves para liderar o acampamento teria se reunido no sábado à noite. Na manhã de domingo, teriam ido até o barraco de Alves e disparado contra ele. A mulher de Alves ajudou a polícia a identificar os agressores.

**Morre em Porto Alegre o deputado Adão Preto** – Sítio eletrônico do MST – 05/02/2009

O deputado Adão Preto (PT-RS), 63 anos, morreu hoje às 8 h em Porto Alegre. O deputado estava internado em estado grave, após uma cirurgia para retirada do pâncreas. O velório será realizado na Assembleia Legislativa. O sepultamento ainda não foi marcado.

Adão Preto foi um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul. Filiou-se ao PDT em 1980. Ingressou no PT em 1985, ano em que se elegeu deputado estadual. Em 1991, tomou posse, pela primeira vez, como deputado federal, e manteve-se no cargo, reeleito seguidamente, para cinco legislaturas.

Adão Preto despontou como uma liderança expressiva do movimento camponês no interior do Rio Grande do Sul. Participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituições ligadas à Igreja Católica. Chegou à presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí.

Na Câmara, opunha-se aos ruralistas na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Sua principal bandeira política foi a reforma agrária. Chegou a escrever um livro sobre o tema ("Queremos Reforma Agrária", Editora Vozes, 1987).

Em 1986, como deputado estadual, presidiu a CPI da Violência no Campo na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para investigar os conflitos entre grandes fazendeiros e trabalhadores rurais.

O último projeto de lei do deputado Adão Preto foi apresentado em outubro do ano passado. A proposta acaba com o pagamento de indenização compensatória nos processos de desapropriação para fins de Reforma Agrária.

**ATO EM HOMENAGEM A ADÃO PRETO**

As organizações sociais do campo, membros do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), convidam todos e todas militantes sociais, companheiros de governo e parlamentares para um **Ato em Memória de Adão Preto, no Centro Cultural de Brasília, às 20h00, na quadra 602, da L2 Norte.**

**Governo vai regularizar em três anos terras na Amazônia Legal** – Sítio eletrônico da Contag - 06/02/2009

O ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) titulará, nos próximos nos três anos, terras de até 15 módulos fiscais e com no máximo 1.500 hectares na Amazônia Legal. Com a medida, o governo reconhecerá a posse da terra para quem ocupou a área até dezembro de 2004.

Na opinião do secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag, Paulo Caralo, a medida é positiva para os agricultores familiares. "É uma importante iniciativa, porque a região é a que mais concentra terras públicas da União e dos Estados, sendo, por isso, alvo de grilagem de terras".

A intenção é agilizar os processos de regularização que levam cerca de cinco anos, de acordo com o governo. O secretário acredita tem expectativa de que haja a regularização de terras de até quatro módulos. "A grande maioria das terras que devem ser regularizadas e que possuem este limite estão nas mãos dos agricultores familiares", explica o dirigente.

No caso das áreas de até um módulo fiscal, que equivale em média a 76 hectares, a titulação será gratuita e o processo deverá ser concluído entre 60 e 120 dias, a partir do cadastramento da posse. Por outro lado, propriedades entre um e quatro módulos fiscais terão valor diferenciado, abaixo do valor de mercado, com 20 anos para pagamento e três anos de carência. As regras para as áreas entre quatro e 15 módulos fiscais são semelhantes no prazo de pagamento.

Nos três casos, será exigido o cumprimento da legislação ambiental, com a preservação de 80% da área nativa. O trabalho de regularização será feito em parceria com os estados da região e deve envolver uma área de 67,4 milhões de hectares.

**Índios reivindicam área no Ceará destinada à Petrobras** – Kamila Fernandes – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2009

O terreno reservado para a instalação do Complexo Industrial do Pecém, no litoral cearense, que vai abrigar, entre outros empreendimentos, uma refinaria da Petrobras, é área indígena, segundo parecer do Ministério Público Federal. Como ainda não foi demarcado, o lugar está prestes a se tornar alvo de disputa judicial. Os índios anacés tentarão provar que vivem na região há muito tempo. A área reclamada pelos índios é de 11.888 hectares, menor do que o total declarado de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Ceará para a instalação do complexo, que é de 33.500 hectares. Bem nessa área indígena planeja-se construir a refinaria da Petrobras, que ocuparia espaços onde hoje existem um cemitério centenário, locais sagrados e 70 comunidades, com cerca de 800 famílias.

Nessa disputa, os índios denunciam a suposta destruição de uma capela que servia como templo de culto religioso, que ficou em ruínas. "Desde os meus avós, ouço histórias do nosso povo, que sempre viveu nessa região, desde antes de 1500. E agora nos dizem que não somos índios", disse Júnior Anacé, um um líderes locais. Os anacés já solicitaram a abertura de um processo no governo federal para a delimitação da área indígena e sua demarcação. Esse processo, segundo Sérgio Brissac, antropólogo do Ministério Público Federal do Ceará, é lento, o que não limita o direito dos índios.

"Até pelo princípio da precaução, não se pode removê-los da área deles, pois isso é um direito constitucional", disse. Como não conseguiu, por meio de uma recomendação, evitar o início do processo de desapropriação, o Ministério Público Federal agora prepara uma ação civil pública.

Como resposta, o governo afirmou que não há nenhum impedimento para a utilização das terras, pois não há "tradicionalidade". O levantamento dos moradores já foi iniciado para o pagamento de indenizações e para seu reassentamento, e há pressa, pois, pelos planos da Petrobras divulgados na semana passada a refinaria deve começar a operar em 2013. O empreendimento está orçado em US\$ 11,1 bilhões.

#### **Deputado ligado ao MST morre aos 63 no Sul – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2009**

Morreu ontem em Porto Alegre, aos 63 anos, o deputado federal Adão Pretto (PT-RS). O congressista estava internado desde 15 de janeiro no hospital Moinhos de Vento. Devido a complicações ligadas a uma pancreatite, havia se submetido a uma cirurgia para retirada do pâncreas. Teve parada cardíaca por volta das 7h50. O corpo foi velado na Assembleia, e o enterro está marcado para as 10h. Pretto foi um dos fundadores do MST no Estado. Ele exercia seu quinto mandato na Câmara, que fez ontem um ato público em sua homenagem. Em nota, Lula, que confirmou presença no enterro, disse que o deputado foi um dos militantes de causas populares "mais ativos" que conheceu. O MST disse, em nota, que ele fez "defesa intransigente da reforma agrária".

#### **Lei irregular pode anular processos no Pará – Folha de São Paulo – João Carlos Magalhães - Brasil – 07/02/2009**

O Código Judiciário do Pará, lei que regulamenta como deve funcionar o Poder no Estado, é aplicado há mais de cinco anos com o texto de um de seus artigos adulterado, o que pode tornar nulos milhares de processos afetados por ele. A ilegalidade ocorreu em 2003, quando o código foi em parte alterado e acabou republicado no "Diário da Justiça".

No novo texto, o artigo 100 aumentou o número de juízes da comarca de Belém e deu ao Tribunal de Justiça do Pará o direito de mudar os assuntos (competências) tratados nas diferentes varas da comarca. O problema é que essa redação apareceu sem nem sequer ter sido votada pelos deputados estaduais -os únicos que poderiam ter mudado a legislação.

A despeito da ilegalidade da situação, em junho de 2007 a então presidente do tribunal, Albanira Bemerguy, com base no artigo adulterado, redefiniu as competências de todas as varas cíveis de Belém e de Icoaraci (zona metropolitana). Ao estabelecer a nova configuração, ela disse que o objetivo era "aumentar a produtividade (...) sem aumento dos custos financeiros" do Judiciário. O tribunal afirmou à reportagem que não iria se pronunciar sobre o caso, e por isso é impossível precisar quantos processos foram mudados de vara. Um advogado de um dos prejudicados pelas alterações afirmou que foram "milhares". A Folha também procurou Bemerguy, mas uma funcionária de seu gabinete disse que ela estava em férias. Como o texto não respeitou o rito legal, ele deverá ser considerado inconstitucional. Se isso acontecer, todos os processos que foram mudados de juiz poderão ser anulados, pois foram instruídos por magistrados que, do ponto de vista processual, não tinham competência para isso.

Dentre as ações e decisões que podem ser anuladas estão desde um pedido de indenização até uma disputa societária. As diferenças entre o texto aprovado e o que acabou entrando em vigor são confirmadas em um processo administrativo da Assembleia Legislativa e em um ofício do tribunal obtidos pela Folha. Em setembro de 2007, a assessoria técnica da Casa afirmou que o que ocorreu foi uma "distorção". Um ano depois, Bemerguy disse em ofício que a alteração foi feita sem "qualquer proposta regular nesse sentido". Nenhum dos órgãos tomou providências. Ainda não se sabe como a adulteração foi feita, mas já há um processo aberto no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sobre o caso.

Segundo Oscar Vilhena Vieira, professor de direito constitucional da FGV-SP, o imbróglio deve terminar no STF (Supremo Tribunal Federal). Na opinião dele, é possível que o STF, para não criar um "caos" jurídico no Pará, reconheça a inconstitucionalidade da lei, mas não anule todas as decisões. De qualquer forma, disse o professor, a questão deve gerar uma enxurrada de recursos no Supremo. A assessoria do TJ afirmou que o direito dos desembargadores de remodelar as funções das varas é garantido pelo artigo 96 da Constituição, segundo o qual os tribunais podem dispor "sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos". Mas o próprio tribunal, em um acórdão de junho de 2008, reconheceu que a mudança de varas só pode ser tratada em lei -ou seja, ser proposta pelos desembargadores, mas decidida pela Assembleia Legislativa.

**Lula escuta apelos pela reforma agrária durante enterro de deputado no RS – Folha de São Paulo – Graciliano Rocha - Brasil – 06/02/2009**

O funeral do deputado federal Adão Pretto (PT-RS), morto anteontem vítima de pancreatite, transformou-se em um ato pró-reforma agrária. Sob bandeiras de movimentos sociais, cerca de mil pessoas se reuniram no cemitério Jardim da Paz, em Porto Alegre, em cerimônia que mesclou serviço religioso e política.

O presidente Lula viajou à cidade junto com sete ministros e ouviu cobranças pela reforma agrária. A mais incisiva delas partiu do bispo de Goiás e conselheiro da CPT (Comissão Pastoral da Terra), dom Tomás Balduino. "Nossa reforma agrária cadê?", questionou o bispo ao discursar na capela, diante de Lula. "Ele [Pretto] deve estar se perguntando a quem de direito", afirmou dom Tomás.

De origem camponesa, Adão Pretto, 63, foi fundador do MST no Rio Grande do Sul e cumpria o quinto mandato na Câmara dos Deputados. Citando uma parábola do evangelho de Mateus (13:24), o bispo comparou a agricultura familiar ao trigo e o agronegócio ao joio. dom Tomás também disse que o "trigo virou minoria no Congresso" e criticou a governadora Yeda Crusius (PSDB-RS) por, segundo ele, reprimir organizações populares. Foi interrompido por aplausos três vezes.

Um dos filhos do congressista, Edgar Pretto também se dirigiu ao presidente, em discurso: "Que o senhor use todos os instrumentos que tem para fazer a reforma agrária". Com os olhos marejados, Lula foi o último orador e não se referiu às cobranças. Lembrando que era amigo do deputado há mais de 30 anos, o presidente citou o episódio da morte de sua mãe, em 1980, no período em que estava preso por exercer atividade sindical, para se referir ao sentimento de perda da família diante da morte. "Um homem não vale pela quantidade de discursos que fez, pela quantidade de anos que viveu; nós seres humanos valemos pela qualidade de vida, pelos compromissos e lutas que temos em vida", disse.

Após abraçar os filhos do deputado, o Lula deixou o cemitério em direção ao aeroporto sem falar com jornalistas. Coube à ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), ao fim da cerimônia, defender a política fundiária do governo. "A reforma agrária é uma meta. Nós realizamos bastante até porque o honramos o Adão Pretto", falou a ministra. Dilma e o ministro Márcio Fortes (Cidades) cancelaram um evento de inauguração de obra do Programa de Aceleração do Crescimento, prevista para ontem em São Leopoldo (região metropolitana de Porto Alegre). O governo gaúcho decretou luto de três dias pela morte do congressista.

**Deputado Adão Pretto morre em Porto Alegre** - Sérgio Bueno – Valor Econômico – Política - 06/02/2009

Defensor da reforma agrária e um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no início dos anos 80, o deputado federal Adão Pretto (PT-RS) morreu ontem pela manhã em Porto Alegre, aos 63 anos. O parlamentar estava internado no Centro de Terapia Intensiva do Hospital Moinhos de Vento, depois de ser internado no dia 15 de janeiro em função de uma crise de pancreatite. Ele será sepultado hoje, às 10

horas, no cemitério Jardim da Paz.

Preto cumpria o sexto mandato consecutivo como deputado federal, depois de ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, também pelo PT, de 1987 a 1990. No ano passado ele apresentou um projeto que elimina o pagamento de indenizações nos processos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Em seu lugar na Câmara Federal assumirá a ex-senadora gaúcha Emília Fernandes, também do PT.

O velório do parlamentar, na Assembléia Legislativa gaúcha, reuniu ontem os deputados federais Marco Maia, Maria do Rosário e Henrique Fontana, do PT, Afonso Hamm, do PP, Manoela D'Ávila, do PCdoB, e Mendes Ribeiro Filho, do PMDB. A governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), decretou luto oficial no Estado por três dias.

Natural de Coronel Bicaco, Preto iniciou a militância política no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguá (RS) e participou da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base. Ele deixa esposa, nove filhos, onze netos e um bisneto.

**Filme antigo** - O Globo – O País – 08/02/2009

Cerradas as cortinas do Fórum Social Mundial, algumas evidências saltaram do palco armado em Belém para o desfile de líderes de movimentos que supostamente buscam alternativas sociais e econômicas às políticas arquitetadas em Davos. A mais cristalina foi a disparidade de reivindicações de um encontro convocado para discutir os agravos ao meio ambiente da Amazônia. Num clima em que cada movimento representado no encontro procurou puxar para sua agenda o mote das discussões, abordou-se de tudo — da liberação da maconha à defesa do sexo livre, numa pauta que atendia a todo o leque ideológico reunido no Pará.

No entanto, o tema central do encontro — o desmatamento de uma região que perde um Rio de Janeiro por mês de floresta — foi o que menos parece ter mobilizado os participantes.

Não sem motivo: o tópico há de ter criado embaraços para um dos organizadores e uma das estrelas de maior grandeza do Fórum, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que faz vista grossa para a preocupante e indefensável realidade de que cerca de 30% da área desmatada da Amazônia é ocupada por assentamentos alinhados com a política de ocupação defendida pelo MST.

Certamente por isso, o MST preferiu alinhar-se com a banda de música bolivariana nas invariáveis canções de protesto contra o inimigo comum do FSM — o “neoliberalismo” reunido em Davos.

Com o palco franqueado, os bolivarianos Hugo Chávez e Evo Morales aproveitaram os microfones para lançar suas invariáveis diatribes contra o demônio capitalista.

Nada de novo no front, como se viu.

De novo mesmo, só a constatação de que o MST — que teve forças para comandar um gesto de descortesia com o presidente Lula — já não demonstra o viço que parecia esbanjar há alguns anos. Sem propostas concretas para problemas fundiários que não passem por ações radicais, o grupo saiu do encontro ressoando palavras de ordem vazias, que cabem em palanques mas não se encaixam numa realidade mais complexa do que a ultrapassada dicotomia capitalismo x socialismo.

**Movimento socioambientalista rechaça propostas do governo** - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 09/02/2009

Decisão de reduzir a área de reserva legal às margens das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) e proposta de flexibilização dos licenciamentos das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na região amazônica provocam nova polêmica no governo e imediata reação contrária da sociedade civil.

RIO DE JANEIRO – O avanço nas definições sobre as políticas ambientais para a Amazônia faz crescer no governo federal um clima de tensão, seja internamente ou no âmbito de sua relação com o movimento socioambientalista. Nos últimos dias, a decisão de reduzir a área de reserva legal nas propriedades localizadas às margens das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) e a apresentação de uma proposta de flexibilização dos licenciamentos das obras do PAC na região amazônica provocaram novas polêmicas entre ministros e a imediata reação contrária de algumas organizações da sociedade civil.

Aprovada em 5 de fevereiro pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, colegiado criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e formado por 13 ministérios, a redução de 80% para 50% da área de reserva legal mínima obrigatória nas proximidades da BR-163 e da BR-230 tem, segundo o governo, o objetivo de conter o crescente desmatamento nessas duas áreas. Com a nova regra, aqueles proprietários que já desmataram suas terras (maioria dos casos na área de influência das duas rodovias) serão obrigados a reflorestar apenas metade delas, podendo utilizar a outra metade para a agricultura e a pecuária.

A decisão da comissão interministerial fará com que cerca de 700 mil hectares de floresta deixem de ser recompostos com espécies nativas da Amazônia. Apesar de ter sido aprovada de forma consensual, a nova regra foi recebida com reticências em alguns ministérios, como demonstrou o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) que, logo após defender a proposta de redução da reserva legal para um grupo de jornalistas e afirmar que “nessas áreas, o desmatamento atinge 90%”, preferiu se ausentar da votação.

No movimento socioambientalista, a novidade não foi bem recebida: “Se o nível de desmatamento no entorno das duas rodovias é grande, é porque os órgãos do poder público nunca tiveram estrutura para combater esse crime ambiental. Quem garante que o governo agora vai fazer os proprietários cumprirem o acordo? Essa decisão atende a algumas demandas, mas pode ser um equívoco muito grande”, avalia Ivan Marcelo, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente (FBOMS).

O argumento, usado pelo governo, de que as novas regras aumentarão a legalidade às margens da BR-163 e da BR-230 é refutado pelo diretor de Políticas Públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão: “O problema não é se a reserva legal é de 80%, de 50% ou de 30%, mas sim o fato de não haver fiscalização para garantir que se cumpra a lei. As novas regras anunciadas servirão mais para perdoar o passado do que para evitar futuros crimes”, afirma.



**“Regime especial”** - Outro motivo de inquietação dentro e fora do governo foi a proposta de flexibilização do licenciamento ambiental para as obras do PAC na Amazônia Legal, elaborada pelo ministro Mangabeira Unger (Secretaria de Assuntos Estratégicos). Na proposta, que já foi encaminhada a Lula, Mangabeira defende um “regime jurídico especial para os projetos do PAC na Amazônia” e sugere que todo o processo de licenciamento ambiental dure no máximo 120 dias, “inclusive nas unidades de conservação, terras indígenas e sítios arqueológicos”.

A idéia teve pronta oposição de Carlos Minc, que classificou a proposta apresentada por Mangabeira de “inconstitucional” e se queixou do fato de o Ministério do Meio Ambiente não ter sido procurado previamente para discutir o tema: “Nenhum outro órgão do governo pode legislar sobre meio ambiente sem a anuência do MMA”, disse o ministro, em entrevista ao jornal *O Globo*.

Em resposta a Mangabeira, diversas organizações do movimento socioambientalista enviaram ao presidente Lula uma carta na qual afirmam que “não é a flexibilização do licenciamento que irá resolver a falta de estrutura dos órgãos públicos ambientais e a falta de governança que imperam nos assuntos ligados à Amazônia”. O documento, assinado pelo FBOMS, pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), entre outras importantes redes, afirma também que “as conquistas na política ambiental brasileira vêm sendo desmontadas por sucessivos governos, principalmente o atual”, e pede a Lula que, ao contrário do que deseja Mangabeira, “torne ainda mais eficaz a ferramenta de controle ambiental na Amazônia”.

#### **Movimento homenageia Adão Preto no Distrito Federal – Sítio eletrônico do MST – 09/02/2009**

O plantio de um pomar agroecológico de árvores frutíferas foi a forma com que militantes do MST de Brasília e do Distrito Federal homenagearam, no último final de semana, o deputado Federal Adão Preto (PT/RS), que faleceu no dia 5/2 vítima de uma pancreatite.

A atividade aconteceu no pré-assentamento Oziel Alves II (conhecido como Pipiripau), em Planaltina (DF), e foi realizada por um mutirão que contou com mais de cem pessoas. Durante os dois dias, foram plantadas mais de 2 mil mudas de árvores frutíferas, distribuídas em mais de 30 espécies – entre elas, qualidades regionais como o Pequi e o Baru.

A proposta do mutirão foi homenagear Adão Preto, deputado federal gaúcho que ajudou a fundar o MST e que durante anos defendeu a Reforma Agrária e as lutas populares no Congresso Nacional. "Preto deixou um legado de grande militante, com orgulho de ser gente do povo, capaz de fazer o enfrentamento político no Parlamento sem nunca afastar-se das lutas concretas dos movimentos sociais. O pomar simboliza a grandiosidade da obra do companheiro, por produzir flores e frutos para alimentar a militância e os lutadores do povo", afirma Ciro Corrêa, do setor de produção do MST em Brasília.

O pomar, batizado de Companheiro Adão Preto, será manejado ecologicamente e em sistema agro-florestal, em conjunto com o cultivo de arroz, feijão e milho. O local

também servirá como espaço de capacitação das famílias Sem Terra nas práticas de manejo ecológico das plantas e do solo.

**Nota de Solidariedade e Pesar** - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) manifesta publicamente seu pesar pelo falecimento do companheiro deputado federal Adão Preto, soma-se e se solidariza com a família neste momento de perda para a sociedade brasileira.

Desde o início de sua militância social nas Comunidades Eclesiais de Base e no Sindicalismo Rural, Adão Preto caracterizou-se pela defesa intransigente da reforma agrária, tendo papel destacado na articulação das famílias de trabalhadores sem terras e de apoiadores desde as primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul, ainda durante o Regime Militar. Esteve presente na organização e fundação do MST, do Partido dos Trabalhadores e do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores.

No Congresso Nacional, denunciou e combateu as ações da bancada ruralista, e tornou-se um dos pilares do Núcleo Agrário do Partidos dos Trabalhadores. Apresentou Projetos de Lei que buscavam acelerar o processo de reforma agrária, permitir o acesso à educação para os camponeses e melhorar a qualidade de vida no campo. No último ano, esteve empenhado em denunciar a alteração da faixa de fronteira para beneficiar a instalação de empresas transnacionais da celulose no Rio Grande do Sul.

Mais que um parlamentar, Adão sempre foi um camponês, com seu jeito simples, honesto e contundente, mas acima de tudo um lutador. Sempre presente nas lutas dos movimentos sociais, sempre levando as reivindicações e bandeiras populares para o parlamento, denunciando a criminalização e a repressão da luta do povo.

No ano em que completamos 25 anos, perdemos um de nossos fundadores e um de nossos mais valiosos companheiros. Em sua homenagem, seguiremos fazendo aquilo que Adão Preto sempre fez em vida: lutar sempre. **Coordenação Nacional do MST**

**“Propriedade da terra e fusões rurais!”**, por Amado de Oliveira Filho - A Gazeta - MT – 11/02/2009

A terra, juntamente com o capital e o trabalho, há mais de 250 anos forma o trinômio básico dos fatores de produção. Mais recentemente, aglutinam diversos outros fatores como matéria prima e energia, porém, se bem analisados, veremos que originam daqueles. A terra ainda se torna particular, quando avaliamos outros recursos da economia, já que sua utilização produtiva permite a geração de riquezas. Tanto isto é verdade que o seu preço tem na variável “rendas esperadas” um dos seus principais atributos. Certamente que, mais recentemente, se torna imperioso valorar e valorizar os ativos ambientais que a terra possui.

Se consolidar a remuneração financeira pela manutenção de ativos ambientais, a teoria econômica de David Ricardo, que ao buscar determinar a renda dos proprietários deu origem ao valor da terra, carecerá de revisão pelos seus seguidores, pois os maiores ativos ambientais estão sempre mais distantes dos grandes centros consumidores.

O Estado de Mato Grosso, sempre oferecendo safras com recordes de produtividade, permitiu ao longo de três décadas que a exploração econômica mantivesse os produtos de origem agrícola com competitividade diante dos mercados internacionais. Mesmo sem qualquer remuneração da Terra como fator de manutenção de ativos ambientais.

A história agrícola mato-grossense registrará a participação pífia do Governo Federal, quer como financiador da produção quer cumprindo sua obrigação na oferta de infra-estrutura econômica necessária à movimentação da riqueza produzida nas terras do Estado. Apenas mais recentemente, sem qualquer garantia de que será implementado, vemos no PAC a esperança da melhoria de nossos modais de transporte e, ainda, com recursos dos produtores rurais, a melhoria das rodovias estaduais.

Porém, mesmo assim, a exploração de terras privadas continuou com a geração crescente de riquezas e impostos. Já por parte do Governo Federal, vimos a sua crescente saída do negócio através da redução do crédito rural e o crescimento vertiginoso da participação das multinacionais e tradings, em substituição ao Governo Federal.

Desta forma, com ingredientes básicos da produção comprometidos, quer seja, a logística de transporte e o financiamento da produção, não resta nenhuma dúvida de que tudo isto acrescido a um outro ingrediente, a carga tributária, comprometeu-se a renda rural.

Assim, surge o fenômeno das “fusões” na agropecuária mato-grossense. Este fenômeno já se tornou comum em todo o Brasil, nos segmentos de serviço, comércio e indústria. Desde já, destaca-se que para tais segmentos as razões foram outras, normalmente oriundas nas necessidades de ganhos em escalas de produção, atuação em outras regiões geográficas ou surgimento de novos produtos.

No caso da agricultura se dá unicamente pelo fato do setor primário da economia estar vendo a redução drástica de renda, em função das conseqüências dos elevados custos de produção. Ou seja, um setor que já convivía com crise de crédito por mais de uma década, viu sua situação agravada com a severa crise internacional de crédito.

Ganha com esta situação aqueles, que mesmo não sendo do ramo, brasileiros ou não, dispõem de recursos para aplicar no agronegócio mato-grossense de diferentes formas, desde simples aquisições, arrendamentos, até parcerias, onde o proprietário rural arrenda apenas parte de sua propriedade. Através desse arranjo financeiro, continua produzindo em parte dela e, na área arrendada, passa a produzir com suas máquinas e equipamentos, para o detentor do capital de giro.

Assim, sem saída, um bom número de produtores está aderindo a esta prática, tornando-se empregado do capital especulativo. Porém, quais as implicações disto em longo prazo? Quais as contribuições para a sustentabilidade da agricultura no Estado? Continuaremos esta discussão no próximo artigo.

*\*Amado de Oliveira Filho é economista, especialista em mercados de commodities agropecuárias e escreve às quartas-feiras no jornal A Gazeta – [amadoofilho@ig.com.br](mailto:amadoofilho@ig.com.br)*

**Assentamentos ficam em segundo plano na Amazônia** – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 13/02/2009

A determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de priorizar a regularização fundiária deixou em segundo plano a reforma agrária na Amazônia Legal, onde está concentrada a maioria das famílias assentadas na gestão petista.

Uma série de fatores contribui para isso, como o deslocamento de 350 servidores do Incra para uma nova diretoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada para, em três anos, coordenar o processo de regularização de posse de ao menos 295 mil famílias. "A

maioria desses servidores, focados na regularização, vai deixar de fazer os serviços de agronomia, cartografia e topografia para a criação de assentamentos", diz José Vaz Parente, diretor da associação nacional de servidores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Os servidores do órgão ficarão cedidos ao ministério por ao menos cinco anos, segundo medida provisória publicada anteontem no "Diário Oficial" da União.

Essa corrida pela regularização já mudou a rotina no órgão. Os superintendentes regionais, por exemplo, ainda não têm em mãos as metas de assentamentos, ao contrário de 2008. O orçamento do Incra prevê assentar 100 mil famílias neste ano, o mesmo do ano passado, quando foram beneficiadas 70 mil. A partir de agora, ao encontrar posseiros na Amazônia, superintendentes devem regularizar a posse de cada um, e não criar um projeto de assentamento. No segundo caso, o prazo é demorado e traz muitas obrigações ao governo, como repasse de créditos e montagem de infraestrutura básica.

O ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) declarou que o processo na Amazônia "estava deformado". "No geral, o correto seria a regularização fundiária vir na frente. O processo estava deformado. Agora primeiramente virá a regularização, com assentamentos num plano secundário."

A queda no ritmo de assentamentos na região tende a afetar o volume de beneficiados pela reforma agrária. Isso porque, das 519,1 mil famílias que o governo diz ter assentado de 2003 a 2008, 68% delas estão na Amazônia Legal (Estados do Norte, MT e parte do MA). "A regularização fundiária é importante, mas não desconcentra a terra. Ela não pode sacrificar o processo de reforma agrária", diz Marina dos Santos, da direção do MST.

Lula, porém, tem uma carta na manga para compensar esse efeito. Pode autorizar os ministros Cassel e Reinhold Stephanes (Agricultura) a tirar da gaveta a portaria que atualiza índices de produtividade usados na vistoria de imóveis rurais passíveis de desapropriação, o que facilitaria a criação de assentamentos no Sul e Sudeste. Para concentrar suas forças na regularização, há ainda motivação política no Desenvolvimento Agrário. Ao manter essa tarefa sob seu comando, Cassel venceu o colega Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), que alegou a ineficiência do Incra e propôs a Lula criação de agência ligada à Presidência.

Segundo o Desenvolvimento Agrário, não haverá conflito orçamentário entre regularização e assentamentos -foram injetados cerca de R\$ 260 milhões só para a regularização.

## **PRESIDENTE DIZ QUE, EM 6 ANOS, JÁ DESAPROPRIOU MAIS TERRA QUE FHC – Folha de São Paulo – Brasil – 13/02/2009**

A afirmação foi feita ao visitar assentamento ontem em Ceará-Mirim (RN). "Já desapropriamos, em seis anos, 43 milhões de hectares de terra contra 18 milhões de hectares no governo passado." Na verdade, o governo petista destinou esse volume de terras para a criação de assentamentos por meio de diferentes instrumentos, como arrecadação de terras públicas, operação de compra e venda e desapropriação. Entre 2003 e 2008, Lula assinou decretos de desapropriação que totalizam cerca de 3,5 milhões de hectares.

## **Ainda tem pés de barro – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 16/02/2009**

O GOVERNO enviou ao Congresso Nacional, no último dia 11, a Medida Provisória 458, que trata da regularização fundiária da Amazônia, após confuso processo de discussão entre os ministérios e de insuficiente participação da sociedade. O assunto é indiscutivelmente prioritário, pois os objetivos de justiça social, redução da violência no campo e combate ao desmatamento passam por essa regularização, aliás, já prevista no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia e no Programa Amazônia Sustentável. No entanto, sem as devidas correções, ela traz riscos. O de legalizar condutas criminosas, como a grilagem de terras públicas, e o de favorecer novo ciclo de expansão da fronteira predatória. A MP é positiva ao estabelecer condicionantes ambientais para a obtenção do título definitivo da área ocupada e incluir ressalvas de ordem social e ambiental, respeitando áreas previstas para a criação de unidades de conservação e florestas públicas. Ao mesmo tempo, alegam-se dificuldades administrativas para dispensar vistoria prévia de ocupações de até 400 hectares, o que é temerário.

O maior problema está na possibilidade de, ao largo do princípio constitucional do interesse público e da função social da terra, privatizar grandes áreas. Até 2004, só era possível vender terras públicas de até 100 hectares na Amazônia. Em 2005, esse limite passou para até 500 hectares. Em 2008, outra medida provisória permitiu a venda de até 1.500 hectares, sem licitação. Agora, a nova MP permite regularizar essas grandes ocupações, na maioria fruto de grilagem de terras públicas, associada à violência e expansão do desmatamento.

A MP precisa de importantes ajustes que só ocorrerão se o Congresso debater o assunto para valer. Centenas de emendas deverão ser apresentadas, dada a gama de interesses em jogo. A base do governo tem o dever político e ético de, no mínimo, sustentar as ressalvas à transferência indiscriminada de terra pública, mas também precisa negociar correções para pôr freio ao erro histórico de premiar a ilegalidade. É preciso separar posseiros de grileiros, quem tem direitos legítimos de quem atua contra a legalidade. Também é fundamental prever a criação de novos mecanismos de controle e participação da sociedade na gestão do processo de regularização. Uma vez ajustada, e dentro de uma estratégia de ordenamento territorial, a MP tem tudo para se tornar instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável da região, pondo fim à cultura do fato consumado e dos incentivos à expansão predatória da fronteira de ocupação. \***MARINA SILVA** escreve às segundas-feiras nesta coluna.

**Pará define donos de área rica em mata e minérios** – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 16/02/2009

O governo do Pará definirá amanhã o destino de 1,3 milhão de hectares, área quase nove vezes o tamanho da cidade de São Paulo, na qual estão interessadas gigantes mineradoras, madeireiros, grileiros, índios e 105 comunidades ribeirinhas. A redefinição dos donos e da função das terras -cinco glebas no oeste paraense de propriedade do Estado- pode transformar a relação entre moradores e mineradoras, dificultar o desmatamento ilegal e facilitar a demarcação do território pretendido pelos indígenas. Por outro lado, deve gerar resistência, se for definido que os grileiros devem sair da área.

A disputa pelo território é intensa, não só pelo ouro e pela bauxita do subsolo, mas também devido à floresta quase intocada na superfície -mais de 80% da área é mata densa, diz o Ideflor (Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará). No início desta década, a chegada de madeireiros recrudesceu o conflito fundiário na região. Em 2007, um índio líder da etnia borari foi sequestrado e espancado por denunciar invasões. Índios e ribeirinhos dizem que a disputa principal é com cinco cooperativas madeireiras. Elas não têm os títulos das terras, mas querem mais de 460 mil hectares da área, que dizem ocupar. Há outros madeireiros em 23 lotes, cujos títulos conseguiram em 2006.

De acordo com Heder Benatti, presidente do Iterpa (Instituto de Terras do Pará), dificilmente esses madeireiros serão retirados. Mas as cooperativas devem acabar expulsas. A **Folha** apurou que o governo de Ana Júlia Carepa (PT) criará ao menos uma área de concessão florestal e uma unidade de proteção que, se for uma estação ecológica, não poderá sofrer exploração mineral. Mas os grandes beneficiados serão os ribeirinhos, que devem conseguir quase toda a terra que exigem, e os índios, já que o Estado não mexerá na área pretendida por eles.

Segundo o promotor Raimundo Moraes, que atuará no caso, essa regularização fundiária afastará os madeireiros "aventureiros". Já para Edivaldo Matos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, o resultado será positivo, mas não deve cessar o assédio dos "forasteiros". Com os títulos, os moradores receberão os royalties pagos pelas mineradoras e terão mais poder para exigir indenizações, se, pelas obras de uma mina, sentirem-se prejudicados .

Quase toda a área já foi requisitada ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) para lavra ou pesquisa mineral. A Vale, por exemplo, tem 21 autorizações para pesquisa nas glebas. Ela confirmou o interesse, mas afirmou que não iria se pronunciar. Dentro da área, a Alcoa tem autorização de lavra para viabilizar a extensão de uma mina de bauxita, já em construção. A empresa diz que a titulação facilitará a relação com os moradores, que, no início do mês, fecharam uma estrada em protesto contra supostos danos causados pela mina.

**Governo lança programa contra caos fundiário na Amazônia** - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 17/02/2009

Após forte embate interno no governo, ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) leva a melhor sobre o colega Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) e fica no comando do programa que vai regularizar cerca de 296 mil propriedades rurais.

RIO DE JANEIRO – Maior aposta do governo federal para tentar superar o histórico caos fundiário na região amazônica, foi lançado na sexta-feira (13) em Boa Vista o Programa Terra Legal, que pretende regularizar nos próximos três anos cerca de 296 mil propriedades rurais de até 15 módulos fiscais (máximo de mil e quinhentos hectares) em todos os estados que compõem a Amazônia Legal. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com os governos estaduais, o Terra Legal será aplicado às propriedades ocupadas até dezembro de 2004 e abrangerá uma área total de 67,4 milhões de hectares.

A apresentação oficial do Terra Legal foi feita durante o IV Fórum de Governadores da Amazônia Legal, que se encerrou no último fim de semana na capital de Roraima. Estiveram presentes, além dos ministros Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), os governadores José Anchieta Júnior (Roraima), Eduardo Braga (Amazonas), Blairo Maggi (Mato Grosso), Marcelo Miranda (Tocantins), Waldez Góes (Amapá) e Ivo Cassol (Rondônia), e os vice-governadores Odair Santos Corrêa (Pará), Carlos Correia de Messias (Acre) e Luiz Carlos Porto (Maranhão).

Até que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva batesse o martelo sobre o formato do Terra Legal, o que só aconteceu no final de janeiro, a reestruturação do processo de regularização fundiária na Amazônia foi alvo de grande disputa interna no governo. Inicialmente propostos por Mangabeira Unger, o afastamento do Incra do processo de regularização na região e a criação de uma agência executiva para prestar esse serviço acabaram sendo rejeitados por Lula, numa decisão que fortaleceu Guilherme Cassel, contrário à idéia.

Para atenuar a exposição de Mangabeira após a derrota no embate político travado entre os dois ministros, Lula adotou uma solução intermediária, que foi a criação de uma nova diretoria no MDA - a Diretoria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - que vai coordenar os escritórios estaduais do Programa Terra Legal. Para a nova diretoria, foram deslocados 350 servidores do Incra, segundo a associação nacional de servidores do instituto. Na prática, portanto, a regularização fundiária permanece sob o controle de Cassel e sua equipe.

Um claro gesto político para demonstrar que o Incra não está excluído do novo processo de regularização fundiária na Amazônia foi feito pelo coordenador nacional do Terra Legal, Carlos Guedes de Guedes, por ocasião de sua visita à Roraima. Durante a reunião com as autoridades estaduais em que foram discutidas as bases do lançamento do programa no estado, Guedes se fez acompanhar pelo superintendente do Incra em Roraima, Titinho Bezerra.

**“Perfeitamente adequado”**- Logo após a decisão de Lula, Mangabeira, que permanece na coordenação do Programa Amazônia Sustentável (PAS), já havia sinalizado sua intenção de não forçar a disputa interna no governo: “Eu estava pronto a trabalhar com qualquer uma das formas, mas estou confiante que esse instrumento que o presidente Lula desenhou será perfeitamente adequado”, disse o ministro, em entrevista à *Agência Brasil*.

Mangabeira também mudou de tom quando indagado sobre a participação do Incra no novo processo: “Não vou apontar erros. Nosso objetivo é resolver um problema prático e não emitir um boletim de avaliação. Isso não vai servir ao resultado. Agora, temos que olhar para frente e aproveitar o conhecimento de todos, inclusive dos funcionários do Incra, para essa grande tarefa”, disse.

A apresentação do Terra Legal em Boa Vista foi realizada pelo secretário-executivo do MDA, Daniel Maia, que fez um balanço das ações de regularização fundiária empreendidas pelo governo a partir da pauta enviada no ano passado pelos governadores amazônicos ao presidente Lula. Maia analisou os convênios firmados com os governos estaduais, além do repasse de recursos para a digitalização do acervo fundiário do Amazonas e de Roraima e para a regularização fundiária no Amapá e no Pará.

**Metodologia** - De acordo com a Medida Provisória 458, que estabelece sua implementação, o Programa Terra Legal traz mudanças na legislação com o objetivo de simplificar os ritos de titulação das propriedades de até 15 módulos fiscais na Amazônia Legal e, desta forma, agilizar a regularização fundiária na região.

Segundo o MDA, no caso das áreas de até um módulo fiscal (cerca de 76 hectares), a titulação será gratuita e o processo deverá ser concluído entre 60 e 120 dias, a partir do cadastramento da posse. Propriedades com tamanho entre um e quatro módulos fiscais terão valor diferenciado, abaixo do valor de mercado, com 20 anos para pagamento e três anos de carência. O rito será o mesmo utilizado para as áreas de até um módulo.

As áreas entre quatro e 15 módulos fiscais, de acordo com o ministério, seguem regras semelhantes no prazo de pagamento. O valor, no entanto, será o de mercado, descontadas as benfeitorias. Cada titulação de propriedade será precedida de vistoria dos imóveis para avaliação das benfeitorias e da antiguidade da posse.

Nas três situações, garante o MDA, será exigido o cumprimento da legislação ambiental, com a preservação de pelo menos 80% da área nativa. As áreas tituladas não poderão ser vendidas dentro de um prazo de dez anos, mas poderão servir como garantia para financiamentos junto a instituições financeiras.



## **Medida pode favorecer grileiros de terra – Sítio eletrônico da Contag - 17/02/2009**

A regularização fundiária de até quatro módulos fiscais na Amazônia Legal é urgente e necessária, mas acima desse limite pode haver favorecimento de grileiros. Essa é a avaliação do secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag, Paulo Caralo. Ele comentou o conteúdo da Medida Provisória nº 458, que cria o programa Terra Legal e dispõe sobre a regularização de terras naquela região.

De acordo com a MP, serão regularizadas terras da União de 1 a 15 módulos fiscais, ou, no máximo, 1,5 mil hectares. A regularização de até quatro módulos é uma reivindicação antiga da Contag, segundo Caralo. Porém, ele opina que áreas maiores deveriam ser utilizadas para a reforma agrária. "Regularizar áreas acima de quatro módulos pode abrir precedentes para mais tarde se decidir por regularizar acima de 15 módulos rurais e, com isso, não restar terra para fazer a reforma agrária na Amazônia Legal".

Outra preocupação do movimento sindical é o fato de a MP retirar do Incra a autonomia para fazer a regularização de terras na Amazônia. Segundo a medida, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ficaria encarregado dessa tarefa. "Mal ou bem, quem tem o conhecimento e as condições para a regularização fundiária é o Incra. Acreditamos que esse órgão deveria ser fortalecido", acrescenta Paulo Caralo.

**Regras** - Segundo informações do MDA, a medida provisória tem como meta regularizar 296 mil posses rurais na Amazônia Legal, em uma área de 67,4 milhões de hectares. Serão titulados imóveis rurais de até 15 módulos, com posse cadastrada até dezembro de 2004.

A titulação será gratuita em áreas de até um módulo fiscal e o processo deverá ser concluído entre 60 e 120 dias, a partir do cadastramento da posse. Propriedades entre um e quatro módulos fiscais terão preço diferenciado e abaixo do valor de mercado, com 20 anos para pagamento e três anos de carência. O rito é o mesmo das áreas de até um módulo.

As áreas entre 4 e 15 módulos fiscais seguem regras semelhantes no prazo de pagamento. O valor da área, no entanto, será o de mercado, descontadas as benfeitorias. Nesse caso, haverá vistoria dos imóveis antes da titularização, para avaliação das benfeitorias e do tempo de posse.

Nas três situações, será exigido o cumprimento da legislação ambiental, com a preservação de 80% da área nativa. As áreas tituladas não poderão ser vendidas dentro de um prazo de dez anos, mas servem como garantia para financiamentos com instituições financeiras. *\*Com informações do MDA.*

### **Grupo Móvel resgata 252 trabalhadores em Pernambuco – Sítio eletrônico da CPT – 17/02/2009**

O Grupo Móvel de Erradicação ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgatou, no dia 12 de fevereiro, 252 pessoas da Usina Cruangi S/A, localizada em Aliança (PE). Os trabalhadores - entre eles, 27 menores de idade - se encontravam em condições análogas à escravidão. Os fiscais que trabalharam na operação, que aconteceu em parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público Estadual, constataram que os trabalhadores não tinham carteira assinada, seus salários estavam atrasados e não possuíam Equipamentos de Proteção Individual, que são obrigatórios. Além disso, as condições de higiene e moradia eram precárias. A ocorrência de trabalho infantil no local também preocupou os fiscais. Dos 27 menores de idade, seis tinham menos de 16 anos. De acordo com o MTE, um Termo de Ajuste de Conduta foi firmado com a empresa para que eles recebam meio salário mínimo até que tenham completado 25 anos de idade. O dinheiro será aplicado na educação dos menores. Por ordem do Grupo Móvel, o empregador já começou o pagamento das verbas trabalhistas aos 252 trabalhadores, o valor deve chegar a R\$ 350 mil.

### **Brasil perde intelectual da questão agrária – Sítio Eletrônico do MST – 17/02/2009**

A luta pela Reforma Agrária perdeu nesta segunda-feira (16/02) um importante aliado. Tamás Szmrecsányi, intelectual e integrante do conselho editorial da Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), faleceu em São Paulo vítima de câncer.

Szmrecsányi, que nos últimos anos vinha atuando como professor de História Social da Ciência e da Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), escreveu diversos livros e artigos sobre a realidade agrária do país e o grande capital, com ênfase nos estudos sobre os impactos das monoculturas - sobretudo a cana-de-açúcar - na sociedade brasileira.

Junto aos movimentos sociais, Szmrecsányi sempre levou sua contribuição acadêmica a debates e encontros sobre seus temas de pesquisa. Recentemente, vinha participando de projetos da ABRA em conjunto com movimentos sociais de luta pela terra, entre eles o MST.

Em 2007, quando a discussão sobre o uso dos agrocombustíveis ganhou força no país, o intelectual se posicionou criticamente ao setor sucro-alcooleiro e ao agronegócio [Leia entrevista com o professor sobre o tema.](#)

Szmrecsányi era graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1961), mestre em Economia pela New School for Social Research (1969), doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (1976) e pós-doutor pela University of Oxford (1990). No passado, colaborou com o Incra de São Paulo e com o governo Franco Montoro, na área de energia.

O Ministério Público Estadual e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul voltaram a criminalizar o Movimento Sem Terra e iniciaram o fechamento de todas as escolas itinerantes em acampamentos gaúchos. No dia 10 de fevereiro, a escola do acampamento de Sarandi, que atendia 130 crianças, foi fechada por determinação do MPE e do Governo do Estado. Segundo o Ministério Público, a decisão foi tomada com base em um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, assinado pela instituição e pelo Governo do Estado.

O Termo de Ajuste de Conduta foi assinado sem conhecimento ou a participação dos outros entes interessados: pais, educandos e a escola-base, onde as crianças estão matriculadas. O TAC também ignora e desrespeita as Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2002, baseada na Lei de Diretrizes Básicas da Educação/LDB de 1996.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a reconhecer e regulamentar as Escolas Itinerantes, através de parecer do Conselho Estadual de Educação em 19 de novembro de 1996. A experiência gaúcha permitiu a instalação de escolas em acampamentos em diversos estados, como Sergipe, Paraná, Bahia, entre outros.

A decisão do MPE e da Governadora Yeda Crusius retoma a decisão do Ministério Público, publicada em ata em dezembro de 2007, em “extinguir” o MST. O fechamento das escolas era uma das medidas previstas pela ata do MPE. No ano passado, com a denúncia pública da ata, o MPE alterou duas vezes o conteúdo da decisão e declararam rever a decisão. O MST teme que o Governo do Estado e o MPE reiniciem as ações ilegais de criminalização elaboradas pelas duas instituições, tais como impedir que os trabalhadores rurais possuam título de eleitor, que sejam impedidos de realizarem reuniões ou manifestações.

Confira abaixo texto de Leandro Scalabrin, membro da comissão de direitos humanos OAB de Passo Fundo, que contextualiza a decisão do Conselho Superior do Ministério Público.

### **FUNDAMENTALISMO DE DIREITA FECHA ESCOLAS ITINERANTES DO MST E DEIXA 310 CRIANCAS SEM EDUCAÇÃO**

O Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, através de uma decisão de seu Conselho Superior (CSMP), decidiu colher dados e produzir um relatório (elaborado pelos Promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardelotto) sobre a atuação do MST no Rio Grande do Sul (processo nº 16.315-0900/07-9). O Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul em Ata no 1.116, de 03/12/2007, decidiu "que o referido expediente tem caráter confidencial...", e aprovou o voto e os encaminhamentos propostos pelo procurador e Conselheiro Gilberto Thums, com as seguintes recomendações:

1. [...]designar uma equipe de Promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade. ...
2. [...] o voto é pela intervenção do Ministério Público nas três 'escolas' referidas a fim de tomar todas as medidas que serão necessárias para a readequação à legalidade, tanto no aspecto pedagógico quanto na estrutura de influência externa do MST [...]. Sugere-se sejam tomadas medidas para, se necessário, ocorrer o ajuizamento de ações civil públicas com

vista à proteção da infância e juventude em relação às bases pedagógicas veiculadas nas escolas mantidas ou geridas pelo MST, nitidamente contrárias aos princípios contidos na Constituição Federal e que embasam o Estado Democrático de Direito. Da mesma forma, sugere-se a tomada de medidas judiciais, se necessário, para impedir a presença de crianças e adolescentes em acampamentos, assim como em marchas, colunas ou outros deslocamentos em massa de sem-terras, tendo em vista serem ambientes notoriamente inadequados para pessoas em processo de desenvolvimento. [...] [Grifos nossos]

3. [...] voto pela necessidade de desativação dos acampamentos situados nas proximidades da Fazenda Coqueiros...

4. [...] sugere-se sejam investigados os assentamentos promovidos pelo INCRA ou pelo Estado do Rio Grande do Sul, de forma a verificar se a propriedade rural, nessas áreas, cumpre sua função social.

5. [...] "realização de investigação eleitoral nas localidades em que se situam os acampamentos controlados pelo MST, examinando-se a existência de condutas tendentes ao desequilíbrio deliberado da situação eleitoral local.

6. [...] "formulação de uma política oficial do Ministério Público, com discriminação de tarefas concretas, com a finalidade de proteção da legalidade no campo. Este órgão do Ministério Público deve ser especialmente destacado para a atividade, seja na Assessoria do Procurador-Geral de Justiça, sejam com a implementação de Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários. [...] [Grifos no original]

Para dar cumprimento às decisões o CSMP designou os Promotores de Justiça Luís Felipe de Aguiar Tesheiner e Benhur Biancon Junior, que, em 11 e 17 de junho de 2008, ingressaram com quatro ações civis públicas: uma delas na Comarca de Carazinho, contra integrantes do MST nos acampamentos Jandir e Serraria, ambos localizados próximos à Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, RS, e mais seis pessoas físicas e uma jurídica (para despejar os dois acampamentos); as outras três, nas comarcas de São Gabriel, Canoas e Pedro Osório contra o MST[1] e "demais sem terra e integrantes de movimentos sociais de contestação no campo" para que se abstenham de se aproximar, através de marchas, colunas ou outros deslocamentos em massa de sem-terra e demais integrantes de movimentos sociais, [...] a uma distância inferior a dois quilômetros dos limites territoriais [...] da Fazenda Southall (13.267 hectares), da Fazenda Granja Nenê (1.246 hectares) e da Fazenda Palma (3.029 hectares).

Após ter sido denunciado publicamente o teor desta deliberação, o CSMP esclareceu que em 07 de abril de 2008 reuniu-se em nova sessão, solicitou informações sobre o cumprimento das medidas aprovadas, quando seus membros manifestaram "total apoio aos Promotores de Justiça designados por tratar de tema de segurança pública" e ao final, decidiram por desclassificar o processo administrativo quanto a seu caráter sigiloso e retificar a ata de 3 de dezembro de 2007, para suprimir a determinação anterior de ajuizamento de ação civil pública para dissolução do MST e a declaração sua ilegalidade. Tamanha foi a repercussão e reação dos setores democráticos da sociedade brasileira, inclusive do próprio Ministério Público do RS, que em 30 de junho de 2008, em nova reunião do CSMP, houve nova retificação da ata, onde constou que tudo não passou de um equívoco, tudo que constou na ata não foi aprovado, fazendo constar que a deliberação do conselho teria sido somente a de designar "Promotores de Justiça para conhecer do expediente e levar a efeito as medidas legais cabíveis" e não os encaminhamentos propostos pelo Procurador Thums.

Contradizendo as duas atas retificadoras, os promotores designados pelo CSMP (Luís Felipe de Aguiar Tesheiner e Benhur Biancon Junior – os mesmos que entraram com as ações contras os acampamentos) continuam atuando contra o MST[2], e nos autos do processo onde a dissolução do MST havia sido proposta (expediente n. 16.315-0900-07-9), firmaram TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o governo do Estado do RS (firmado pela da Secretaria Estadual de Educação Mariza Abreu), onde este assume a obrigação de "deixar de desenvolver os Cursos Experimentais (Experiencia Pedagógica) nos níveis de educação infantil – faixa etária de 4 a 6 anos, ensino fundamental e ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, nas escolas dos acampados do Movimento dos Sem Terra, no Rio Grande do Sul, também denominadas de "Escolas Itinerantes", autorizados pelo Conselho Estadual de Educação do RS" (cláusula primeira), até "04 de março de 2009" (cláusula segunda), sob pena pagar multa de um salário mínimo por dia (cláusula sétima). O TAC foi firmado em 28 de novembro de 2008. No dia 10 de fevereiro de 2009, a escola itinerante do acampamento Oziel Alves, em Sarandi – RS (das famílias que foram despejadas de Coqueiros do Sul), foi a primeira escola a ser intimada da medida.

O TAC afirma que seu objetivo é garantir a todos os alunos acampados, bem como os que se agregarem ao movimento, vaga em rede de ensino público regular mais próximo ao acampamento e transporte escolar (cláusula terceira e quarta), mas na realidade, conforme afirmou o Promotor Thums, em seu voto, a ação é contra a complacência do poder público, notadamente dos "governos de esquerda" que se limitariam a "fornecer cestas básicas, lonas para as barracas, cachaça, treinamento em escolas para conhecer a cartilha de Lenin, etc".

No relatório elaborado pelos promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardeloto, onde a intervenção nas escolas foi sugerida inicialmente, a referência básicas é a revista VEJA que compara as escolas do movimento aos Madraçais do Islã e as acusa de ensinar as crianças a "defender o socialismo" e "desenvolver a consciência revolucionária". Os promotores afirmam que o objetivo da intervenção nas escolas é "colocar as crianças e adolescentes que residem nos acampamentos a salvo da ideologização agressiva" (fls. 79). O relatório também possui um capítulo "Contabilizando o prejuízo para a sociedade: quanto custa um sem-terra", onde afirmam que o poder publico gasta em média por mês, com alimentação e repressão policial, R\$1.195,11 por família acampada.

Outra fonte de informações dos promotores que firmaram o TAC tentando fechar as escolas do MST é o relatório de inteligência n. 1293-251007-100 da PM2, o serviço secreto da Brigada Militar, sobre a "realidade das escolas itinerantes do MST no RS" que lhes foi entregue em 14-3-2008. Neste relatório são apresentadas informações sobre a "origem da implantação das Escolas", a "estrutura geral das Escolas Itinerantes", "dos responsáveis pelas Escolas Itinerantes ... pelo MST ... pela Secretaria Estadual de Educação"; o "setor de educação do MST no Brasil", e ainda informações sobre "2 O que foi feito para que as escolas fossem reconhecidas legalmente?", "3 Como são montadas as escolas? E como é sua estrutura física e funcional?", "4 O material pedagógico oferecido aos alunos é elaborado da seguinte forma: É seguida a linha pedagógica de Paulo Freire, pedagogia do MST e livros didáticos. O Estado fornece livros, para aulas de português, matemática e geografia. Os professores ministram também aulas sobre movimentos sociais"; "5 Quem são os educadores das escolas itinerantes", "6 A estrutura das Escolas no RS", "7 Dos outros tipos de escola do MST", "7.1 Veranópolis", "7.2 Palmeira das Missões". Nas considerações finais o relatório enfatiza que "os dados ora apreciados não são de livre acesso" provando que o atual governo, além de colocar o serviço secreto para investigar

escolas, como fazia a ditadura, repassou informações que não são de acesso público aos arapongas.

O TAC contradiz a visão do Procurador Geral de Justiça do RS, Dr. Mauro Renner, que comanda o Ministério Público do RS e esteve no acampamento Jair Antonio da Costa em Nova Santa Rita (em 06 de agosto de 2008). "Renner ficou sensibilizado com a precariedade dos recursos materiais à disposição das escolas itinerantes que funcionam no local. Em contato com os alunos de 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental da Escola Itinerante Che Guevara, Renner observou que as aulas acontecem sob lonas plásticas, sem qualquer iluminação. Ele prometeu intermediar uma aproximação entre o movimento e a Secretaria Estadual da Educação. "Seremos interlocutores junto ao Estado para acabar com carências e omissões que porventura estejam acontecendo", assinalou (...) "Buscamos uma sociedade justa, fraterna e solidária", esclareceu, e destacou a existência de uma "absoluta coincidência" entre os compromissos do MPF e a estrofe de uma das canções do MST: "Lutar contra injustiças e abuso de poder" (<http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/clipping/id70562.htm>).

\*Leandro Scalabrin, membro da comissão de direitos humanos OAB - Passo Fundo – RS

#### **Marina confronta MP para a Amazônia – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 20/02/2009**

Ex-ministra do Meio Ambiente (de 2003 a maio de 2008), a senadora Marina Silva (PT-AC) quer reduzir no Congresso o tamanho das áreas que o governo Lula pretende legalizar na Amazônia.

Segundo a senadora, a MP (medida provisória), assinada pelo presidente no encontro nacional com prefeitos na semana passada, permite legalizar ocupações na Amazônia feitas por grileiros associados à violência e ao desmatamento.

Lula incluiu a MP no chamado "pacote de bondades" a prefeitos. A meta do governo é atingir 436 municípios da Amazônia. A MP prevê regularização de 296,8 mil áreas, cada uma com até 1.500 hectares (nove vezes o tamanho do parque Ibirapuera em São Paulo).

Na terça-feira, a senadora apresentou emenda à MP para reduzir o limite de 1.500 para 400 hectares. Na prática, a emenda de Marina exclui a regularização de 13.218 áreas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário informa ainda não saber o tamanho somado dessas propriedades.

Ainda na MP, Lula dispensou a necessidade de que seja feita uma vistoria prévia para a regularização de até 400 hectares. O governo alega que é inviável mandar um funcionário a cada área para fazer vistorias, bastaria o georreferenciamento, ou seja, a elaboração de um mapa preciso por uma empresa contratada. Marina quer, no entanto, vistoria como exigência para a legalização de propriedades entre 101 e 400 hectares.

A intenção da ex-ministra é verificar se os posseiros já exploravam as áreas antes de dezembro de 2004, como prevê a MP, e de forma pacífica. "Sem esses requisitos, corremos o risco de legalizar grilagens e não regularizar ocupações", diz a assessoria da senadora.

Em outro ponto da MP, o governo define que não haverá licitação para vender a posseiros áreas da União de 101 a 1.500 hectares. A senadora quer a dispensa de licitação só para áreas de 101 a 400 hectares. "É um grande problema estabelecer o preço da terra na Amazônia, onde o mercado [imobiliário] é em grande medida ilegal com contratos de gaveta e escrituras falsificadas", diz a assessoria de Marina. A licitação, segundo a senadora, resolveria o problema. Procurado, o ministério não se manifestou sobre as propostas. O governo diz que a MP visa concluir em 120 dias processos que demoram até cinco anos e travam a regularização fundiária. A meta é legalizar 67,4 milhões de hectares, ou quase três vezes a cidade de São Paulo.

Além de Marina, a Comissão Pastoral da Terra na Amazônia também critica a MP. Para o coordenador João Batista, de Marabá (PA), a regularização fundiária de áreas com até 1.500 hectares favorece grandes grileiros de terras.

#### **Conflito com MST deixa 4 mortos em PE – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 23/02/2009**

Um confronto envolvendo seguranças de uma fazenda e integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) resultou na morte de quatro homens - todos funcionários da propriedade rural. O crime ocorreu anteontem, em São Joaquim do Monte, a 134 km de Recife.

Dois suspeitos de participação nas mortes foram presos em um acampamento do movimento montado em frente à fazenda. Outros dois sem-terra ainda estão sendo procurados. Um deles estaria ferido. Os donos da fazenda não foram encontrados ontem pela Folha.

Segundo o delegado da cidade, Luciano Francisco Soares, o confronto ocorreu às 15h de sábado durante uma tentativa de reinvasão da fazenda Consulta, de onde os lavradores haviam sido despejados há 15 dias por determinação da Justiça. Cerca de 80 trabalhadores rurais participaram da ação. Segundo o delegado, cinco seguranças da fazenda reagiram à invasão e houve troca de tiros.

Dois funcionários da fazenda morreram durante o embate. Outros dois, segundo o delegado, foram perseguidos e mortos pelos sem-terra longe do local do conflito. Um segurança e dois lavradores fugiram e estão sendo procurados. Foram presos os agricultores Paulo Alves Cursino, 62, e Aluciano Ferreira dos Santos, 31, líder do acampamento. Nenhuma arma foi encontrada.

Em depoimento em Bezerros (PE), Santos disse que a briga começou quando um segurança lhe deu um soco na boca, após discussão sobre um suposto vídeo feito pelo MST no despejo. As cenas mostrariam os funcionários armados.

O líder do acampamento negou ter participado do tiroteio. Disse que só viu um integrante do movimento armado, Romero Severino da Silva, o foragido que se feriu. A polícia apurou que ele se medicou em um hospital de Agrestina e sumiu. O outro suspeito preso também negou participação nos crimes. O delegado diz que ele distribuiu as armas aos lavradores, versão confirmada por uma testemunha, que também viu dois seguranças armados.

Ainda de acordo com o delegado, após o confronto todas as armas foram recolhidas pelos sem-terra e levadas em um Corsa. Os suspeitos, autuados em flagrante sob acusação de homicídio qualificado, podem ser condenados a penas de 12 a 30 anos de reclusão. O líder do MST, Jaime Amorim, disse que os sem-terra só agiram em "defesa do acampamento". Segundo ele, "pistoleiros armados" ligados à fazenda fizeram três investidas contra os lavradores para "tentar matar todo mundo": "Eram 15 pistoleiros armados com pistolas e espingardas", disse Amorim. "Eles tentaram desalojar o pessoal do acampamento Jaboticaba e depois atacaram o acampamento Consulta." Disse que os acampados se defenderam usando "armas de caça" que têm para se alimentar. "Se não reagíssemos, estaríamos hoje enterrando os nossos".

### **MST de Rainha invade ao menos 11 áreas no Pontal** – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 24/02/2009

Pelo menos 11 propriedades rurais foram invadidas por agricultores sem terra na região oeste do Estado de São Paulo desde o último sábado, segundo a Polícia Civil. De acordo com informações dos boletins de ocorrência, cerca de 480 agricultores com bandeiras do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) participaram das ações

Não houve relato de danos às propriedades invadidas. O líder sem terra na região do Pontal do Paranapanema, José Rainha Jr., que está proibido pela coordenação estadual do MST de falar pelo movimento, disse que ocorreram ações em 20 propriedades localizadas em 16 municípios, por cerca de 2.000 famílias, no que denominou de "Carnaval vermelho".

Segundo Rainha, as invasões são um protesto pelo "descaso" do governo José Serra (PSDB) com a realização da reforma agrária no Pontal. As áreas invadidas, segundo ele, são propriedades improdutivas, já em processo de desapropriação, ou terras consideradas devolutas (pertencentes ao Estado e griladas no passado) pela Justiça. Para Rainha, o Itesp (Instituto de Terras de São Paulo), órgão responsável pela política agrária e fundiária do Estado, está paralisado. Ele criticou também a lentidão na concessão de licenças ambientais para a instalação de assentamentos.



O diretor-executivo do Itesp, Gustavo Ungaro, disse que as ações do governo em prol da reforma agrária parecem incomodar "os profissionais do conflito, cultores da radicalização, comprometidos apenas com a luta político-partidária". O órgão informou em nota que a região do Pontal é "prioritária para a atuação do Itesp". A coordenação do MST no Pontal disse que a direção do movimento reconhece três invasões ocorridas desde sábado: a fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes (580 km de São Paulo); a fazenda Santo André, em Martinópolis (539 km de São Paulo) e a fazenda Dumontina, em Mirante do Paranapanema (610 km de São Paulo). Destas, apenas duas foram confirmadas pela Polícia Civil.

Segundo Cido Maia, diretor regional do MST no Pontal, as ações realizadas nos últimos dias fazem parte da luta do movimento pela reforma agrária, independentemente de ser período de Carnaval. "Os acampados estão sempre reivindicando porque senão são esquecidos nas margens das rodovias."

Na nota divulgada ontem, o Itesp afirma que novas áreas para a reforma agrária estão sendo obtidas em processos judiciais, e que dois assentamentos foram implantados em janeiro e fevereiro: Porto Maria, em Rosana, para 41 famílias, e Santo Expedito, em Teodoro Sampaio, 29 famílias.

De acordo com o diretor do órgão, serão instalados mais dois assentamentos, entre março e abril: São Camilo, em Presidente Venceslau, para 25 famílias, e Santa Teresa, em Euclides da Cunha, para 46 famílias de sem terra. Ungaro diz que o Itesp investiu no Pontal mais de R\$ 8 milhões desde 2007. "Em todo o Estado, nos últimos dois anos, foram contempladas com lotes nos assentamentos outras 282 famílias, e mais 203 adquiriram seus sítios pelo crédito fundiário." \*Com **CLAUDIO DANTAS SEQUEIRA**, da Reportagem Local, e **CRISTIANO MACHADO**, colaboração para a Folha

#### **Após mortes em PE, sem-terra abandonam fazenda invadida – Folha de São Paulo – Brasil – 24/02/2009**

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que participaram do confronto que causou quatro mortes, sábado, em São Joaquim do Monte (PE), abandonaram a fazenda invadida.

A **Folha** esteve ontem no local. A cerca da fazenda Consulta foi parcialmente destruída. Há restos de fogueira e sujeira. Uma das casas invadidas teve as paredes pichadas com a sigla do movimento. Os pontos onde os quatro seguranças foram mortos estão marcados por luvas deixadas por peritos. "Foi tiro demais", disse um dos moradores da fazenda, José Manoel da Silva. Dos quatro mortos, dois foram assassinados próximos à cerca. Outros três fugiram e, segundo Silva, foram perseguidos por motos. Um fugiu.

As vítimas foram identificadas como João Arnaldo da Silva, José Wedson da Silva, Rafael Erasmo da Silva e Wagner Luiz da Silva. Romero Severino da Silva, sem-terra, teria se ferido. É procurado pela polícia.

Até ontem, dois trabalhadores rurais haviam sido presos: Paulo Alves Cursino, 62, e Aluciano Ferreira dos Santos, 31, líder do grupo invasor. Nenhuma arma foi encontrada. A **Folha** esteve também na fazenda Jabuticaba, onde os lavradores supostamente se abrigaram. O líder local, Manoel João da Silva, 49, negou e disse que nenhum sem-terra sob seu comando participou da ação. E acusou os seguranças mortos de também ameaçá-los.

A direção estadual do MST diz em nota que os acampados reagiram ao ataque dos seguranças. O movimento pede garantia de vida a acampados e desapropriação das fazendas. A Promotoria Agrária do Ministério Público do Estado quer ajuda da Ouvidoria Agrária Nacional para evitar agravamento da situação. Procurado pela **Folha**, o superintendente do Incra em Recife, Abelardo Siqueira, não se manifestou. Os donos das fazendas não foram encontrados. **(FÁBIO GUIBU)**

**Governo paulista suspende diálogo com MST** – Folha de São Paulo – Brasil – 25/02/2009

O secretário estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Marrey, decidiu suspender o diálogo com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e cancelou reunião que teria amanhã com José Rainha Jr. e outros representantes de organizações sociais do Pontal. "Tinha uma reunião marcada. Eles fazem invasão, então não há mais razão para diálogo", disse à **Folha**. Para Marrey, as invasões lideradas por Rainha no Pontal do Paranapanema, oeste paulista, são políticas e servem de oposição ao governo do Estado.

"É uma manifestação política artificial que gera perturbação da paz na região do Pontal. Há lideranças do movimento que querem eternizar o conflito. Tem Carnaval vermelho, Páscoa vermelha. Não será surpresa se esses movimentos se intensificarem durante o ano."

Rainha disse ontem que, se o secretário está interrompendo o diálogo, é "porque não tem nada de concreto a oferecer". Até a noite de ontem, ele disse que não havia sido informado do cancelamento da reunião. Para a liderança sem terra, a medida é "autoritária e com cheiro de ditadura".

Rainha, que está há três anos desautorizado pela coordenação do MST a praticar ações em nome do movimento, reclama da falta de investimento do governo do Estado nos assentamentos estaduais e defende que sejam assumidos pelo governo federal, por meio do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo ele, o Itesp (Instituto de Terras de São Paulo) não tem competência para fazer a reforma agrária.

O secretário defendeu a atuação do Itesp, disse que o governo vai apoiar as ações de reintegração de posse e que não revogará as duas portarias que excluem a participação de movimentos sociais nas comissões de seleção de assentados. "O endereço para eles reclamarem é a Esplanada dos Ministérios [em Brasília]. A reforma agrária é prerrogativa constitucional do governo federal e ao Estado cabem ações subsidiárias na arrecadação de terras devolutas", afirmou.

**Invasões** - A série de invasões promovidas desde sábado por agricultores sem terra liderados por Rainha já é mais intensa do que as ações coordenadas nos últimos dois anos na mesma região, também durante o Carnaval. Até o início da noite de ontem, a Polícia Civil confirmava 16 propriedades invadidas em quatro dias, distribuídas por 12 municípios. Segundo a polícia, não há registro de prisões.

Rainha disse ontem que 22 fazendas em 15 cidades haviam sido invadidas no que chamou de Carnaval vermelho. Anteontem, o líder sem terra declarou que eram 20 as invasões. O número oficial, de qualquer forma, já é superior às 14 invasões do ano passado, distribuídas por sete dias, e às de 2007, quando foram tomadas 13 propriedades em três dias. As ações de 2008 e 2007 foram encabeçadas também por Rainha e tiveram como alvo uma alegada morosidade do governador José Serra (PSDB) na execução da reforma agrária na região. Seis das 16 fazendas invadidas desde sábado foram alvo do movimento também no Carnaval do ano passado. **(CLAUDIO DANTAS SEQUEIRA, BRENO COSTA E SÍLVIA FREIRE)**

#### **Governo de PE nega proteção aos sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 25/02/2009**

O governo de Pernambuco não vai oferecer proteção especial aos integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que estão acampados em São Joaquim do Monte (PE), onde quatro seguranças de uma fazenda foram mortos no sábado por integrantes do movimento.

A proteção foi reivindicada anteontem pelo MST, sob alegação de que os sem-terra correm risco de morte. O governo afirma que a obrigação do Estado é proteger quem está sob sua custódia -no caso, os dois presos por suspeita de participação no crime.

O governador Eduardo Campos (PSB) disse que o governo "não tolera a violência", seja de fazendeiros ou de trabalhadores rurais, e que "quem cometeu o crime terá que dar explicações à Justiça". Pelo menos mais dois sem-terra estão sendo procurados, suspeitos de envolvimento no crime.

Um segurança que conseguiu fugir deverá ser ouvido amanhã pelo delegado responsável, Luciano Francisco Soares. O superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Recife, Abelardo Siqueira, pretende se reunir hoje com as lideranças estaduais do MST, em Caruaru (PE). Ele planeja visitar a área do conflito. **(FÁBIO GUIBU)**

## **AULAS PARA SEM-TERRA NO RS – Folha de São Paulo – Brasil – 25/02/2009**

Romaria da Terra em Sapucaia do Sul (RS) em que foi discutida a extinção das salas de aula em acampamentos do MST, tema que opõe o arcebispo de Porto Alegre, d. Dadeus Grings, que defende o fechamento das classes, e o bispo de Rio Grande, d. José Mário Stroehner, um crítico da medida

## **Congresso Nacional e Governo do Pará definirão utilização de terras - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 26/02/2009**

Governadora anunciará o destino de uma área de 1,3 milhões de hectares no oeste do Pará que está sob intervenção provisória. No Congresso, projetos do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) e do deputado Osvaldo Reis (PMDB-TO) querem retirar Tocantins, Mato Grosso e Maranhão da Amazônia Legal.

RIO DE JANEIRO – A polêmica em torno da regularização fundiária na Amazônia continua a movimentar interesses políticos na sociedade, no parlamento e nas diversas esferas de governo. Nas próximas semanas, o Governo do Pará deve tomar uma decisão sobre o que fazer com 1,3 milhões de hectares de terra no oeste do estado que estão desde maio do ano passado sob regime de Limitação Administrativa Provisória. Em outra frente importante, podem ser votados na retomada dos trabalhos do Congresso Nacional alguns Projetos de Lei que têm por objetivo retirar Tocantins, Mato Grosso e Maranhão da área atualmente estabelecida como Amazônia Legal.

As terras sob intervenção do governo estadual no Pará estão situadas no conjunto de glebas Mamuru-Arapiuns, área nove vezes maior que o município de São Paulo e que vive sob intensa disputa territorial envolvendo grileiros, indígenas, comunidades extrativistas, comunidades ribeirinhas, madeireiros e mineradores. Assinado pela governadora Ana Júlia Carepa em maio do ano passado, o Decreto Estadual 1.149/08 colocou sob intervenção do Estado as glebas Nova Olinda, Nova Olinda 2, Curumucuri e Mamuru.

Na ocasião, o Governo do Pará afirmou que “o que se pretende com essa iniciativa é impedir o avanço do desmatamento e a invasão dessas áreas. Assim, não serão permitidas atividades que possam vir a causar degradação ambiental ou que visem a exploração dos recursos madeireiros e não-madeireiros, bem como as que impliquem no uso direto dos recursos naturais, exceto aquelas de uso sustentável por parte das comunidades tradicionais”.

Após a assinatura do decreto, um processo de consultas à sociedade foi realizado sob a coordenação conjunta da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), do Instituto de Desenvolvimento Florestal (Ideflor) e do Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Ao todo, segundo o governo, foram ouvidos em consultas públicas realizadas nos municípios de Santarém, Juruti e Aveiro representantes de 105 organizações da sociedade civil, englobando comunidades locais, empresários, movimentos sociais e poder público local.

Em 17 de dezembro, dia da realização das consultas na cidade de Santarém, a diretora-geral do Ideflor, Raimunda Monteiro, falou sobre a postura do governo durante o processo: “Vamos conhecer as propostas dos movimentos para a destinação das áreas. Depois, o governo organizará um documento, que alie os interesses de todos os envolvidos e que não prejudique as áreas”, disse.

Durante as consultas públicas surgiram três propostas de solução fundiária para a região: a primeira elaborada pelos empresários, a segunda pelos movimentos sociais e a terceira pelas prefeituras de Aveiro e de Itaituba em parceria com empresários locais. As propostas foram analisadas por um grupo de trabalho montado pelo governo, e resultaram numa quarta proposta que foi encaminhada à governadora Ana Júlia. A data prevista para a decisão final era 17 de fevereiro, mas o governo adiou o anúncio para depois do carnaval.

**Sair da Amazônia Legal** - No Congresso, esquenta a disputa em torno de algumas propostas de alteração da atual composição da Amazônia Legal. A principal iniciativa de mudança é o PL 05/07, do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), que prevê uma alteração no Código Florestal com o objetivo de retirar da Amazônia Legal os estados do Maranhão (toda a parte hoje pertencente ao bioma) e de Mato Grosso (54%), além de áreas no Tocantins. Outra iniciativa é o PL 1278/07, do deputado federal Osvaldo Reis (PMDB-TO), que busca retirar da Amazônia Legal todo o Estado do Tocantins.

Ambos os parlamentares, que têm total apoio das bancadas ruralistas na Câmara e no Senado, justificam seus projetos de lei com o argumento de que a Amazônia Legal foi criada para fins de desenvolvimento econômico regional, sem que os estados por ela abrangidos devam ser enquadrados como pertencentes ao bioma amazônico. Este argumento, no entanto, é contestado por pesquisadores, acadêmicos e representantes das organizações do movimento socioambientalista.

Para Charles Clement, que é coordenador de pesquisas agronômicas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), é verdade que os três estados objetos dos projetos de lei “praticamente não abrigam o bioma amazônico”, mas ressalta que isso não é o mais importante: “Querem transformar o que hoje é legalmente bioma Amazônia em bioma Cerrado para obter uma licença para desmatar, já que na maior parte da Amazônia a reserva legal obrigatória é de 80% e no Cerrado é de apenas 30%. Mas, o fato é que o Cerrado presente nos três estados é imensamente importante e deve ser igualmente preservado”, disse, em entrevista ao site *Amazônia.org.br*.

**Governo é cúmplice de atos ilegais do MST, diz Mendes** – Folha de São Paulo – Brasil – 26/02/2009

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes, disse ontem que invasões de terra como as que aconteceram neste Carnaval em Pernambuco e no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, são ilegais, da mesma forma que foge à lei a concessão de financiamento público a entidades que promovem tal prática. "Há uma lei que proíbe o governo de subsidiar esse tipo de movimento. [Repassar] dinheiro público para quem comete ilícito é também uma ilicitude, e aí a responsabilidade é de quem subsidia", disse o ministro em entrevista coletiva.

Para Mendes, "a sociedade tolerou esse tipo de ação, por razões diversas, como um certo paternalismo, uma certa compreensão, mas isso não é compatível com a Constituição nem com o Estado de Direito". Questionado se os movimentos extrapolam a legalidade, ele respondeu estar "certo de que sim" e disse ser fundamental que não ocorra invasão de propriedade pública ou privada. Também afirmou que "está faltando talvez uma reação coordenada e ativa do Ministério Público" para coibir tais ações.

Ao comentar as declarações de Mendes, o líder sem terra José Rainha Jr. disse que quem comete ilegalidades na região do Pontal do Paranapanema são os fazendeiros que ocupam áreas que já foram consideradas públicas pela primeira e segunda instâncias da Justiça. "No Estado democrático de Direito, os movimentos sociais existem para pressionar. Quem não cumpre a lei no Pontal são aqueles que invadiram as terras", afirmou Rainha.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário informou ontem que não iria se manifestar sobre as críticas de Mendes. Levantamento feito pela ONG Contas Abertas indica que, entre três das principais entidades que têm ligação com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) foi a que recebeu mais recursos de 2002 até ontem do governo federal: R\$ 23,81 milhões. Se considerado apenas o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, houve um aumento de 315% no volume de verbas repassadas para essas entidades três entidades - Anca, Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária), com R\$ 10,69 milhões, e Iterra (Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária)- em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Os repasses vêm diminuindo no segundo governo de Lula.

Ao criticar o repasse de recursos a entidades envolvidas com movimentos que invadem terras, Mendes tem como base o Estatuto da Terra, que em 2001 sofreu mudanças aplicadas por meio de medida provisória que fixou um período de dois anos para desapropriação destinada à reforma agrária de terras ocupadas e carimbou como ilegal a concessão de dinheiro público para entidades que articulassem invasões de propriedades para tentar conseguir a desapropriação.

O diretor regional do MST no Pontal, Cido Maia, disse ontem que os sem-terra vão continuar a pressionar pela reforma agrária e que "pouco importa a opinião de Mendes". Para Maia, o ministro não estaria fazendo os mesmos comentários se fossem sem-terra que tivessem morrido em Pernambuco. **(ANDRÉA MICHAEL e SÍLVIA FREIRE)**

**Rainha recua e diz que áreas serão desocupadas** – Foha de São Paulo – Brasil – 25/02/2009

Um dia após o governo de São Paulo cancelar reunião com movimentos de sem-terra da região do Pontal, oeste paulista, o líder José Rainha Jr. anunciou um recuo nas invasões. Ele diz que as 21 áreas invadidas por sem-terra (17, segundo a Polícia Civil) desde sábado serão desocupadas como "gesto de diálogo" com o governo.

O secretário da Justiça, Luiz Antonio Marrey, anunciou anteontem o rompimento das negociações com os sem-terra depois da onda de invasões. "É a primeira vez que recuamos sem determinação judicial", disse o sem-terra ontem. Antes do anúncio de Rainha, que está desautorizado desde 2006 pelo MST a agir em nome do movimento, a União Democrática Ruralista, irritada com a Polícia Militar, ameaçou processar o Estado de São Paulo pelas invasões.

A argumentação do presidente da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia, é que a PM não agiu preventivamente contra as invasões, mesmo sabendo que estavam programadas. Garcia se baseia em declarações de líderes do MST em 9 de fevereiro, durante invasão do Itesp (Instituto de Terras de São Paulo), em Presidente Prudente. Na ocasião, o grupo de Rainha anunciou a intenção de invadir 20 fazendas no feriado. Rainha promove o chamado "Carnaval vermelho" desde 2007, como forma de pressionar o governo paulista a agilizar a reforma agrária.

O comandante de policiamento na região de Presidente Prudente, coronel Homero de Almeida Sobrinho, diz, sem citar números, que o policiamento foi reforçado após o alerta. Mas diz que é pouco para evitar invasões de quem está predisposto a "praticar ações ilícitas". Garcia, que representou criminalmente ontem contra líderes do MST no Ministério Público, diz que aguardará as investigações e o relato de danos por parte de fazendeiros para, uma vez constatada omissão policial, ingressar com ação por danos materiais e morais.

**Paraná** - O MST mudou de tática no Paraná e, em vez de invadir, acampou ontem próximo a três fazendas: Porta do Céu, em Florestópolis (norte do PR), de 1,8 mil hectares e de propriedade do grupo Atala, e nas fazendas Guairacá, de 5,8 mil hectares, e Pininga, 1,4 mil hectares. Estas duas ficam no distrito de Lerroville, em Londrina (378 Km de Curitiba). Segundo o MST, 190 famílias participaram da ação.

Em nota, a superintendência do Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Paraná informou que as duas fazendas em Lerroville estão em processo de aquisição para reforma agrária.

O coordenador do MST no Paraná, José Damasceno, disse que as propriedades não foram invadidas porque o Inca já as está negociando. A PM de Londrina informou manter equipes monitorando os sem-terra. O grupo Atala deve entrar nesta semana na Justiça com pedido de interdito proibitório, recurso que impede invasões. **(SÍLVIA FREIRE, BRENO COSTA E JOSÉ MASCHIO)**

**Fazenda invadida não poderá ser desapropriada** – Folha de São Paulo – Brasil – 26/02/2009

A fazenda Consulta, onde quatro seguranças morreram durante tentativa de invasão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no sábado, não pode mais ser desapropriada para fins de reforma agrária, porque foi dividida em quatro partes e não tem mais o tamanho mínimo exigido por lei. Além disso, há indícios de que seja produtiva.

Segundo o superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Recife, Abelardo Siqueira, as glebas em São Joaquim do Monte (a 134 km a oeste de Recife) são consideradas agora propriedades de tamanho "médio".

Siqueira diz que apenas latifúndios com áreas superiores a 15 módulos -que podem ter entre 15 a 75 hectares- são passíveis de desapropriação. Antes de ser dividida, diz ele, a Consulta possuía o equivalente a 28,6 módulos. Após a divisão, cada área passou a ter, em média, 7,1 módulos.

O superintendente esteve ontem no local e disse ter visto indícios de que as terras são produtivas, como plantações e gado. Nesse caso, a fazenda só poderia ser destinada à reforma agrária se os proprietários concordassem em vendê-la. Como alternativa, o Incra pretende tentar negociar outra propriedade, também invadida pelo MST. **(FÁBIO GUIBU)**

**Índia desiste de produzir álcool no Brasil** – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Brasil – 26/02/2009

Por causa da desaceleração econômica, a Indian Oil, a Hindustan Petroleum e a Bharat Petroleum arquivaram planos de investir em fazendas de cana-de-açúcar no Brasil para a produção de álcool. "O projeto se mostrava viável e estratégico para a indústria de energia indiana. No entanto, em decorrência das restrições de recursos, as empresas públicas do país não contemplam mais, no momento, qualquer projeto no Brasil para produzir álcool", disse o ministro do Petróleo da Índia, Murli Deora.

A Indian Oil, a Hindustan e a Bharat Petroleum haviam planejado, em conjunto, comprar ou arrendar usinas com o objetivo de usar o álcool como alternativa para reduzir a dependência de petróleo importado. As empresas trabalhavam em propostas para adquirir fatias de 15% a 35% em duas companhias -a Louis Dreyfus Commodities Bionergia e a Infinity Bio-Energy. As companhias indianas também pretendiam ficar com 50% da Rezek Energia. Na busca de possíveis sócios, a consultoria The Jai Group também identificou a Goiasa.

Em visita do ministro Miguel Jorge (Desenvolvimento) à Índia no ano passado, o governo indiano estimou que o investimento das companhias do país pudesse chegar a US\$ 600 milhões. A capacidade inicial de produção esperada era de 500 milhões de litros. Em 2008, o volume fabricado de álcool no Brasil chegou a 26 bilhões de litros, 15% mais que em 2007.



**Perdas** - A decisão indiana representa mais um baque para o setor sucroalcooleiro. A diretoria técnica da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) estima perda de R\$ 10 bilhões nas duas últimas safras -primeiro, por as cotações do açúcar terem se mantido muito baixas e, mais recentemente, por os preços do álcool não reagirem.

No fim do ano passado, o setor já havia estimado que o número de novas usinas até 2015 tinha caído de 140 para 93. Empresas da cadeia sucroalcooleira vinham se endividando, em especial desde 2005. A crise financeira do último trimestre de 2008 determinou o congelamento de investimentos que prejudicou não apenas o segmento do açúcar e do álcool, mas também a indústria de máquinas e equipamentos. \*Colaborou **ÁLVARO FAGUNDES**, da Redação

**STF: repasses para o MST são ilegais** – O Globo – Capa – 26/02/2009

O presidente do STF, Gilmar Mendes, disse que os repasses para movimentos de sem-terra que invadem propriedades são tão ilegais quanto as ocupações.

**STF: repasse de verba pública ao MST é ilegal** – O Globo – O País – Carolina Brígido – 26/02/2009

BRASÍLIA e SÃO PAULO. As invasões de fazendas em São Paulo, coordenadas por José Rainha, e as ações do Movimento dos Sem Terra (MST) em Pernambuco — onde líderes do movimento assassinaram quatro seguranças de fazendas — causaram revolta no presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes.

Ontem, ele convocou a imprensa para dizer que os repasses de dinheiro público a movimentos que atuam dessa forma são tão ilegais quanto as invasões realizadas durante o carnaval.

O governo federal transfere dinheiro a cooperativas ligadas ao MST. A Federação das Associações dos Agricultores Familiares do Oeste Paulista (Fafop) é uma delas. Ano passado, essa entidade recebeu do Incra R\$ 1.373.598,25. O último repasse do convênio assinado com a federação foi feito em novembro, no valor de R\$ 400 mil.

**Lei proíbe repasse a movimentos invasores**

Gilmar cobrou do Ministério Público a fiscalização desses repasses e a denúncia de autoridades envolvidas por crime de responsabilidade.

O ministro frisou que a lei 8.629, que regulamenta a reforma agrária, proíbe repasses de verba pública a movimentos que invadam terras.

— Temos uma lei que estabelece a necessidade de que o poder público não subsidie tais movimentos, cesse de repassar recursos para esse tipo de movimento.

O financiamento público de movimentos que cometem ilícito é ilegal, ilegítimo — disse. — Essas pessoas (autoridades) podem ser acionadas por responsabilidade.

Cabe ao MP pôr cobro a esse tipo de situação.

Sobre os assassinatos de seguranças de fazendas em Pernambuco por líderes do MST, Gilmar disse que se trata de ação pública e que cabe ao MP tomar a iniciativa. O ministro voltou a criticar invasões: — Os movimentos sociais devem ter toda liberdade para agir, manifestar, protestar, mas respeitando sempre o direito de outrem. É fundamental que não haja invasão da propriedade privada ou pública.

O ministro defendeu uma resposta adequada da Justiça, de forma “serena, mas firme”. E disse que a sociedade tem tolerado indevidamente os radicalismos dos sem-terra: — Tenho impressão de que a sociedade tolerou excessivamente esse tipo de ação, por razões diversas, talvez um certo paternalismo, uma certa compreensão, mas isso não é compatível com a Constituição.

Não é compatível com o estado de direito. É preciso que se sinalize a intolerância com esse tipo de prática.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, não quis comentar as declarações de Gilmar. Por sua assessoria, afirmou apenas que as respeita. O ministério informou que não é o único setor do governo a distribuir verba para essas associações.

O ministério silenciou sobre as declarações do secretário de Justiça de São Paulo, Luiz Antônio Marrey, que recomendou aos movimentos que protestem em Brasília contra a lentidão no assentamento de sem-terra no estado. Desde o episódio do “Carnaval Vermelho”, ocorrido no fim de semana, com invasões pelo MST de 20 fazendas em 15 cidades, nenhuma autoridade do governo Lula se pronunciou.

Os sem-terra que invadiram fazendas no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, recuaram e decidiram desocupá-las.

Disseram que vão deixar as terras hoje e voltar aos acampamentos às margens de rodovias.

José Rainha, que comandou as invasões, disse que a decisão foi um gesto de boa vontade para retomar o diálogo com o governo estadual. Uma reunião prevista para hoje com Marrey foi desmarcada pelo governo.

— Não queremos ser intransigentes — disse Rainha.

O governo paulista, no entanto, manteve a decisão: — Tínhamos reunião marcada, e eles agiram de má-fé, fazendo invasões na véspera. Agora fica difícil — disse Marrey.

O procurador da República em Presidente Prudente, Luís Roberto Gomes, afirmou ontem que abriu um procedimento para avaliar a possibilidade de investigar suposto desvio de dinheiro público por parte de entidades civis dos sem-terra no Pontal do Paranapanema.

**“Os movimentos sociais devem ter liberdade para agir, manifestar, protestar, mas respeitando o direito de outrem. É fundamental que não haja invasão da propriedade privada ou pública”**

**“Tenho impressão de que a sociedade tolerou excessivamente esse tipo de ação, por razões diversas, talvez um certo paternalismo, uma certa compreensão, mas isso não é compatível com a Constituição.**

**Não é compatível com o estado de direito. É preciso que se sinalize a intolerância com esse tipo de prática”**

Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

COLABORARAM: Evandro Éboli, Soraya Aggege e Wagner Gomes

## **Incra: assassinos serão excluídos de programa – O Globo – O País – Letícia Lins e Ana Paula Carvalho - 26/02/2009**

RECIFE e CURITIBA. Os semterra envolvidos nos assassinatos de quatro jagunços numa fazenda de São Joaquim do Monte, no agreste pernambucano, serão excluídos da reforma agrária, informou ontem o superintendente do Incra em Recife, Abelardo Siqueira.

A legislação determina que não devem ser beneficiadas pessoas com antecedentes criminais.

Siqueira foi ontem ao município, a 137 quilômetros de Recife. Lá, além de visitar as fazendas Jabuticaba e Consulta, onde houve o crime, foi à polícia. Ele adiou para hoje a reunião que terá com a coordenadoria regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Caruaru. O MST está esperando pela reunião desde domingo.

A coordenação do movimento assumiu os assassinatos alegando que foram em legítima defesa, já que os seguranças teriam chegado aos acampamentos “para matar”.

A discussão, segundo o Incra, começou na fazenda Jabuticaba e terminou na Consulta, onde ocorreu o confronto. O MST reivindica as duas propriedades desde 2000.

Siqueira informou que o acampamento da Consulta foi transferido para Jabuticaba, onde ele contou ontem 60 pessoas ligadas ao MST.

Disse que não conseguiu localizar os dois proprietários e assegurou que as fazendas não foram vistoriadas.

No Paraná, cerca de 200 pessoas ligadas ao MST invadiram anteontem duas fazendas em Londrina, no norte do estado. Segundo a Polícia Militar, os invasores começaram a chegar ao local na sexta-feira, em ônibus e caminhões, e acamparam nas proximidades. Os semterra reivindicam agilidade na compra das terras.

As famílias ergueram barracões no interior das fazendas ocupadas e continuavam acampadas nas propriedades até o início da noite de ontem, sem registro de confronto.

Nas fazendas invadidas, a Pininga, com 1,4 mil hectares, e a Guairacá, com 5,8 mil hectares, há cultivo de milho e soja, além de criação de gado.

Segundo o MST, as terras precisam ser regularizadas pelo Incra. Em nota, o instituto informou que as áreas de Londrina já foram compradas e que o instituto vai providenciar o assentamento das famílias o mais rapidamente possível. O MST quer assentar nas duas fazendas de 500 a 600 famílias.

## **Fora dos limites – O Globo - OPINIÃO – 26/02/2009**

O assassinato de quatro seguranças de uma fazenda em Pernambuco por líderes do MST coincidiu com mais uma onda de invasões no interior de São Paulo comandada por José Rainha, dissidente do movimento sem abandonar seus métodos. O MST e grupos similares se firmam como organizações semiclandestinas, sem qualquer respeito ao estado de direito, embora cultivem — com a conivência do Planalto — uma relação ambígua e oportunista com o governo.

Ao mesmo tempo em que veta a participação do presidente Lula em uma pajelança ideológica, no Fórum Social, em Belém, ao lado de Chávez, Evo Morales, Rafael Correa e Fernando Lugo, o MST não rejeita os milhões que recebe do governo, em dinheiro do contribuinte, parte do qual financia ações ilegais.

Tem razão o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ao rejeitar qualquer ato de violência, de sem-terra ou de fazendeiro.

A postura contrasta com a tibieza do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário diante dos assassinatos, em mais uma demonstração de que esse braço do Estado se tornou, com o beneplácito do governo, um aparelho de grupos radicais.

A gestão Lula, embora pratique a partilha da máquina do Estado entre grupos por simpatia ideológica, numa inaceitável privatização da órbita pública, também serve de obstáculo a propostas delirantes do MST e outras organizações — por exemplo, calote na dívida externa, hoje inexpressiva; baixar juros por decreto etc. Movimento de figurino autoritário, antidemocrático, o MST se declara em parte desiludido com a gestão do PT, e por isso tende a se isolar cada vez mais no quadro político nacional.

É importante o Estado agir com todo o rigor que lhe concede a lei para desestimular o MST e outros agrupamentos a cair em perigosas tentações inspiradas em dramas vividos na América Latina. O governo de São Paulo não pode mesmo deixar de reprimir o “Carnaval Vermelho”, de José Rainha. Assim como o Ministério Público gaúcho tem de agir para coibir, como vem fazendo, o projeto de lideranças sem terra de montar um sistema paralelo de ensino para formar “revolucionários”, numa canhestra e grave tentativa de fundar no Brasil madrassas, escolas que no Oriente dão a fundamentação religiosa aos quadros arregimentados para agir como terroristas em nome do Islã.

Nesse sentido, é oportuna a iniciativa do presidente do STF, Gilmar Mendes, de vir a público numa Quarta-Feira de Cinzas em defesa da atuação da Justiça e do Ministério Público na proteção do estado de direito. Que o Congresso e o Executivo façam o mesmo e ajudem a evitar o pior.

O Globo <http://www1.oglobodigital.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?i...>

### **Só pechinchas movem vendas de terras** - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 26/02/2009

O grupo argentino Calyx Agro, que tem a Louis Dreyfus Commodities como um de seus principais acionistas, e a Radar, empresa de terras controlada pela Cosan, estão negociando compra de terras agrícolas para expandir seus negócios no Brasil. Essas duas empresas são exceção neste mercado que estava se preparando para decolar antes da crise financeira global, mas que teve seu ímpeto freado.

"Há grupos que conseguiram se capitalizar antes da crise e que estão em condições de fechar negócios", afirmou Lucílio Alves, analista do mercado de terras do Centro de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Cepea). Exceto pelas boas oportunidades neste mercado, só há vendas desses ativos na "bacia das almas" para cobrir dívidas, segundo empresários ouvidos pelo Valor.

O mercado de terras ficou praticamente parado nesses últimos meses por conta da turbulência global. Em 2008, os preços das áreas agrícolas fecharam com ligeira queda, segundo levantamento da AgraFNP. No bimestre novembro-dezembro, o valor médio nacional do hectare ficou em R\$ 4.330, ante os R\$ 4.341 do bimestre anterior, um recuo de 0,25%. Na comparação com o bimestre novembro-dezembro de 2007, o valor médio nacional das terras teve alta nominal de 8,3%.

"Não vejo esse mercado se reaquecendo ainda. O que se vê atualmente, embora em pequena escala, é a celebração de contratos firmados antes. Os negócios agora estão parados", afirmou uma empresa especializada em compras de terras agrícolas.

As áreas voltadas para a cultura de cana foram as que apresentaram os maiores recuos. É justamente para aproveitar essa oportunidade que a Radar, do grupo Cosan, está negociando a compra de cerca de 20 mil hectares de terras para cana na região central do Estado de São Paulo, apurou o Valor. As áreas para cana recuaram porque a commodity registrou forte baixa no mercado internacional, sobretudo na safra 2007/08. Agora, mesmo com a recuperação dos preços do açúcar, o interesse na expansão canavieira ainda é tímido.

O grupo Calyx Agro tinha planos para alcançar 100 mil hectares de terras agrícolas no Brasil até o fim do ano passado. Mas sua meta foi frustrada. A companhia fechou o ano com cerca de 30 mil hectares ocupados com grãos e está negociando neste momento a compra de outros 20 mil hectares na região do Mapito - nova fronteira agrícola que compreende os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, afirmou Axel Hinsch, CEO da companhia. Segundo ele, a companhia também está olhando oportunidades no oeste baiano.

No ano passado, a americana AIG Capital Investments adquiriu 37% de participação na Calyx. Essa operação foi feita antes da crise financeira se agravar, quando os planos do grupo era expandir seus negócios na área de grãos no país. A empresa, que também negocia propriedades rurais na Argentina e Uruguai, possui terras no país na região do oeste da Bahia e Cerrado brasileiro. "Estamos esperando o desenrolar da crise para traçarmos nossa expansão", disse Hinsch.

Mesmo com a fuga dos investidores em ativos rurais, os preços de terras agrícolas continuam firmes no Brasil, principalmente nas regiões produtoras de soja e áreas de pastagens. Segundo Lucílio Alves, analista do Cepea, a venda de terras não é feita de uma hora para outra. "Ninguém conta com a venda de terras para pagar uma dívida de curto prazo, uma vez que o pagamento nunca é feito à vista."

As apostas do mercado são de que o marasmo deve continuar ainda neste trimestre, mas começará a ficar mais agitado a partir do segundo trimestre, quando os produtores de grãos já terminaram a colheita. Empresas ouvidas pelo Valor acreditam que parte desses produtores poderá vender terras para liquidar dívidas ou até para financiar a próxima safra. "O preços das terras não caíram o que tinham que cair. Vamos esperar o melhor momento para voltarmos ao mercado", disse uma outra empresa especializada em compras de terras.

**CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA  
O ESTADO DE DIREITO É FUNDAMENTAL**

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, entidade que representa os produtores rurais atingidos pelas 1.667 invasões ilegais de terra praticadas nos últimos seis anos pelo MST, vem a público solicitar atenção do Congresso Nacional, do Ministério Público, do Poder Judiciário e da sociedade brasileira, para os seguintes pontos:

1) o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, cumpre com rigor e responsabilidade institucional seu papel de guardião da Constituição e do Estado de Direito ao declarar que foge à lei a concessão de financiamento público a entidades que promovem invasões ilegais de propriedades públicas e privadas;

2) o MST é uma entidade ilegal que pratica crimes em série. Seus líderes comandam grupos que seqüestram, vandalizam, torturam e matam;

3) comprometido com a intolerância e a violência, o MST tornou-se uma das maiores fontes da insegurança jurídica que pesa sobre o Brasil e que impõe prejuízos incalculáveis a todos nós, brasileiros;

4) lamentavelmente, o MST conta com a complacência de autoridades do governo federal e recebe financiamento público para suas ações ilegais. Quem financia as jornadas de crime e de terror do MST é o cidadão brasileiro honrado, que tem a cultura dos direitos e dos deveres;

5) nenhuma nação avança quando falta confiança na força que emana das regras livremente construídas e respeitadas. Nós, produtores rurais, assim como todos os brasileiros, precisamos de estabilidade e de respeito às leis para trabalhar e produzir.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009

**Seminário discute Limite da Propriedade da Terra – Sítio Eletrônico da Contag – 27/02/2009**

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo realiza até amanhã (28), em Salvador, na Bahia, o Seminário Nacional da Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra no Brasil. Cerca de 50 entidades que integram o Fórum participam do evento e farão o planejamento da campanha para o ano de 2009.

Ontem, na abertura do seminário, os participantes fizeram uma análise da conjuntura atual, com destaque para a necessidade de se rever o modelo capitalista vigente em todo mundo. "A culpa dessa crise não é do trabalhador e sim do sistema financeiro. E acreditamos que esse é o momento oportuno de a gente rediscutir o modelo de desenvolvimento que queremos para o Brasil e para o mundo", explica o secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag, Paulo Caralo.

Até o encerramento, amanhã, os participantes do seminário vão finalizar o planejamento das atividades da Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra para este ano. Estruturação dos fóruns estaduais de reforma agrária, debate sobre o tema com outros movimentos sociais da cidade e do campo, além de debates com parceiros - como Ministério Público, universidades, igrejas e outros - são algumas das estratégias discutidas no evento.

A coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e vice-presidente da CUT, Carmen Foro, destacou que o momento é oportuno para colocar a campanha na agenda nacional e que é preciso a unidade de todos os movimentos sociais em torno do tema. "Individualmente os movimentos sociais não conseguirão dar conta desse tema, porque ele tem um peso muito grande por conta de vários interesses colocados para que não haja limite à propriedade de terra no nosso País. Por isso, a união de todos os movimentos é necessária", comentou.

Nota - Hoje, os participantes do Seminário e integrantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo divulgaram nota repudiando as declarações do presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, criticando o repasse de verbas para movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. [Clique aqui para ler a nota.](#)

**Repassse federal ao MST cai 25% por ano desde 2004** – Eduardo Scolese – Estado de São Paulo – Brasil – 27/02/2009

Os repasses de verba do governo federal aos três principais braços jurídicos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) têm caído desde 2004 a um ritmo anual de 25%. A desaceleração se deve principalmente à pressão do TCU (Tribunal de Contas da União) após auditorias apontarem falhas na prestação de contas desses convênios. Levantamento da ONG Contas Abertas com dados do Siafi (sistema de acompanhamento de gastos federais) aponta 2004 como o auge dos repasses, quando saíram dos cofres R\$ 12,5 milhões para Iterra (Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) e Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária).

Para evitar intervenções federais, por exemplo, o MST não existe juridicamente. Não tendo CNPJ, fica impedido de receber verbas públicas, o que o obriga a criar braços jurídicos. Em 2008, segundo dados do Siafi tabulados pela Contas Abertas, Iterra, Anca e Concrab receberam R\$ 1,4 milhão do governo, contra R\$ 12,5 milhões em 2004, um recuo de 88%.

Numa comparação entre PT e PSDB, o volume repassado a essas entidades no primeiro mandato de Lula supera em 315% a segunda gestão de FHC. Os repasses às entidades do MST caíram principalmente a partir de 2006, quando o Congresso foi invadido pelo MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra). A ação, mesmo sem a atuação do MST, causou recuo do governo nos convênios. À época, a oposição disse que a ação fora financiada com ajuda de verbas federais.

**Supremo** - Anteontem, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, chamou de ilegais invasões de terra e repasses de verba pública a movimentos. "[Repassar] dinheiro público a quem comete ilícito é também ilicitude." Ontem, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) não quis falar sobre o tema. Segundo a Folha apurou, a declaração de Mendes foi interpretada no governo como manifestação a favor do governador paulista, José Serra (PSDB). No Carnaval, sem-terra liderados por José Rainha invadiram ao menos 17 áreas e criticaram a lentidão da reforma agrária do governo tucano.

Os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Michel Temer (PMDB-SP) e senador José Sarney (PMDB-SP), apoiaram Mendes. Para Sarney, "as declarações refletem a função do STF, que é guardião da Constituição." Temer se mostrou contrário a repasses a entidades que promovem invasões. "É preciso verificar para onde foram repassados, se para entidades legais, legalizado está. Se para ilegais, a ilegalidade deve ser contida." Rainha disse que pedirá audiência com Mendes, para explicar a ele que os sem-terra do Pontal "não são movimento de bandidos". Ele disse que também pedirá ao ministro para que sem-terra recebam o mesmo tratamento dado a qualquer pessoa e citou como exemplo o banqueiro Daniel Dantas, que teve a prisão preventiva revogada por Mendes. Segundo o líder sem-terra, a audiência será solicitada por intermédio do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). \*Colaborou a Agência Folha



### **TJ multa grupo sem-terra por invasão de fazenda em Minas – Folha de São Paulo – Brasil – 27/02/2009**

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinou, na semana passada, que os invasores de uma área em Porteirinha (582 km de Belo Horizonte) paguem indenização no valor de R\$ 9.000 aos donos da fazenda por prejuízos causados a eles. Conforme o processo, em agosto de 2003 um grupo com cerca de 30 pessoas ligadas à Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas Gerais -um braço da LOC (Liga Operária e Camponesa)- invadiu a fazenda Mulunguzinho.

O TJ determinou também a reintegração de posse da área, ainda invadida. Quatro membros do movimento são citados na decisão, à qual cabe recurso. Os sem-terra disseram que a área era improdutiva e estava abandonada. Na época, a fazenda de 1.395 hectares, estava alugada. O arrendatário disse, em depoimento, que os invasores pediram que ele retirasse do local as 450 vacas que criava. Para o relator no TJ, Pereira da Silva, "não é admissível que grupos sociais, sob o pretexto de que a terra seja improdutiva, invadam a propriedade particular e dela tomem posse, na tentativa de fazer justiça social com as próprias mãos". O advogado dos sem-terra não respondeu aos recados deixados em seu escritório. **(RENATA BAPTISTA)**

### **Repasse ilegal a invasores de terras chega a R\$ 50 milhões – O Globo – Capa – 27/02/2009**

Apesar de proibido por lei desde 2001, o repasse de dinheiro pelo governo federal a entidades que comandam invasões de terra chegou a R\$ 49,4 milhões nos últimos sete anos. As verbas beneficiaram, principalmente, o MST e o MLST, sendo que o MST foi o que mais invadiu. Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, apoiaram o presidente do STF, Gilmar Mendes, que condenou os repasses ilegais e cobrou investigação.

**Página 3**

### **Dinheiro público para invasores – O Globo – O País –Evandro Éboli - 27/02/2009**

Apesar de a legislação proibir desde 2001 o repasse de verbas públicas para entidades que comandam invasões de terra, o governo federal repassou, nos últimos sete anos, R\$ 49,4 milhões para movimentos sociais invasores. Os recursos beneficiaram, principalmente, entidades ligadas ao Movimento dos Sem Terra (MST) e ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

De 2002 a novembro de 2008, foram registradas 1.667 invasões de terra no país, e o MST foi o que mais invadiu.

Desde setembro de 2004, quando a Ouvidoria Agrária Nacional passou a identificar as entidades responsáveis pelas invasões, foram registradas 711 ocupações do MST — ou 66% de todas as ocupações no período.

Os repasses supostamente ilegais começaram em 2002, ainda no governo Fernando Henrique, quando duas entidades ligadas ao MST receberam R\$ 2,1 milhões. Em 2003, já no governo Lula, o repasse para essas associações subiu para R\$ 7,5 milhões. No ano seguinte, chegou a R\$ 14 milhões, a maior cifra até 2008, segundo levantamento do Contas Abertas.

As instituições beneficiadas com maior volume de dinheiro são vinculadas ao MST: Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab) e Instituto Tecnológico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra). A Anca foi beneficiada com R\$ 23,8 milhões; a Concrab, com R\$ 10,6 milhões; e o Iterra, com R\$ 9,2 milhões.

Na lista está também a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), ligada ao MLST, controlado por Bruno Maranhão, que comandou a invasão do Congresso, em 2006. A Anara recebeu R\$ 5,6 milhões.

#### **Ministro da área prefere o silêncio**

Um dia depois de o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, lembrar que o repasse para entidades que organizam invasões é ilegal, o governo se manteve em silêncio.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recusou-se a comentar e não deu qualquer explicação sobre os repasses ilegais.

O MST aparece com destaque entre os mais de 70 movimentos que invadem fazendas no país, e está sempre no topo da lista das invasões. Em 2007, a participação do movimento nessas ações atingiu, proporcionalmente, seu ápice: o MST foi o responsável por 217 (72,8%) das 298 invasões registradas no país naquele ano. Em 2008, o MST foi o responsável por 132 (57,3%) das 230 ocupações entre janeiro a novembro. Em 2006, o índice foi de 66,5% (171 ações).

Medida provisória editada no governo Fernando Henrique, além de proibir repasse de recursos, também vetou vistoria para fins de reforma agrária, durante dois anos, nos imóveis ocupados por sem-terra. Ministro do Desenvolvimento Agrário à época, o hoje deputado federal Raul Jungmann (PPSPE) afirmou que a legislação não vem sendo cumprida pelo governo Lula: — A lei não está sendo respeitada.

Essas entidades, atrás das quais movimentos como o do MST se escondem, continuam recebendo recursos.

O Incra nos estados é ocupado por pessoas do MST ou ligadas a ele. Como aplicar a lei contra eles mesmo?

#### **Senado e Câmara apoiam Gilmar**

Os presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP), apoiaram as declarações de Gilmar.

— O ministro Gilmar Mendes está defendendo o estado de direito e as liberdades públicas. Há no Brasil uma democracia estável, onde o direito de um termina onde começa o direito do outro. Não podemos permitir que invadam o direito dos outros — disse Sarney.

— Concordo com o ministro Gilmar Mendes. Não podemos jamais violar os direitos consagrados na Constituição — disse Temer.

**'Isso é a sociedade financiando a violência'** – O Globo – O País – Efrém Ribeiro\*,  
Wagner Gomes e Soraya Aggege - 27/02/2009

TERESINA e SÃO PAULO. Pelo segundo dia, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, que estava em Teresina, criticou o uso de dinheiro público para financiamento de movimentos como o MST. Para ele, isso significa que a sociedade está financiando a violência no Brasil. De acordo com Gilmar, movimentos que invadem terras e ocupam imóveis geram violência.

— Isso é a sociedade financiando a violência no Brasil — disse Gilmar, que acompanhou ontem, em Teresina, o início da inspeção do Conselho Nacional de Justiça, do qual também é presidente, na Justiça do Piauí.

Segundo ele, a lei proíbe esse tipo de financiamento porque os recursos são públicos e sua aplicação não tem essa finalidade.

Em São Paulo, José Rainha Júnior, dissidente do MST que comandou uma série de invasões esta semana em São Paulo, reagiu às declarações do presidente do STF. Rainha pediu ao ministro o mesmo tratamento dado ao banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity e acusado de corrupção pela operação Satiagraha, da Polícia Federal.

Dantas foi preso duas vezes ano passado, mas acabou solto após habeas corpus dados por Gilmar.

— Nós estamos lutando pela dignidade humana, e o ministro não pode nos dar tratamento diferenciado ao que deu, por exemplo, a Daniel Dantas. Não se pode deixar os ricos sempre a favor da lei e condenar os pobres por se valerem de lutas — disse o líder dissidente do MST.

Na manhã de ontem, os sem-terra deixaram as fazendas no Pontal do Paranapanema invadidas segunda-feira e retornaram para acampamentos montados às margens de rodovias. Rainha disse que a retirada é um gesto de boa vontade para tentar retomar o diálogo com o governo do estado, que desmarcou reunião com os invasores.

Apenas três áreas ligadas ao MST continuam invadidas no Pontal. Rainha disse que invasão não é crime: — O ministro está fora do foco. A questão é de ordem social. O Pontal nunca foi um lugar de violência.

Aliás, eu sou contra qualquer tipo de violência. Ninguém nunca morreu em conflito por aqui.

Em nota, a direção nacional do MST justificou os assassinatos em Pernambuco.

Segundo o comunicado, os acusados de matar quatro seguranças de fazendas no estado agiram em legítima defesa, “para evitar um massacre”.

De acordo com a nota, pistoleiros e milícias rondavam desde sábado, dia 21, dois acampamentos nas fazendas Jabuticaba e Consulta. Armados, os pistoleiros teriam entrado no acampamento Consulta e passado a agredir um trabalhador. Segundo o MST, o tumulto começou quando um segurança sacou uma arma. Até agora, dois líderes do MST foram presos.

**Ministros defendem repasse de verba federal a sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil**  
– 28/02/2009

Dois dias após o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) ter chamado de ilegal o repasse de recursos federais a movimentos que promovem invasões de terra, ministros saíram em defesa do financiamento de associações ligadas à reforma agrária, dizendo que Gilmar Mendes não apontou nenhum fato concreto. Na quarta-feira, Mendes disse, ao comentar a série de ações dos sem-terra durante o Carnaval, que repassar dinheiro público para quem promove invasões de terra é uma "ilicitude", sendo a responsabilidade, segundo ele, "de quem subsidia", no caso o governo federal

Em Florianópolis, Dilma Rousseff (Casa Civil) disse que o governo age dentro da lei ao transferir verbas às organizações e que aguarda manifestação "formal" do Judiciário sobre eventuais entidades que recebem recursos públicos e estão envolvidas em invasões. "Para que alguma coisa se caracterize como legalidade ou ilegalidade, ou há uma prova real ou uma manifestação do Judiciário. Eu estou falando de uma manifestação formal. Ou seja, com fundamento."

O ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) afirmou que não existe "ilicitude abstrata" e que a pasta não repassa dinheiro ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). "Não existe ilicitude abstrata. É preciso saber se a ilicitude é referente a qual contrato, a qual convênio, a qual repasse, pra que a gente possa corrigir." Segundo Cassel, não existe prova de que entidades como a Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) e a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária) sejam de fato braços do MST.

Ele diz que "está valendo", sim, a medida provisória, editada em 2001, que veta o repasse de recursos a entidades que promovam invasões de terra. O MST não existe juridicamente, ou seja, não tem CNPJ e, portanto, não pode receber recursos públicos. Por isso criou entidades paralelas, como a Anca e a Concrab, para receber verbas oficiais. Essas entidades funcionam fisicamente sob o mesmo teto do MST em São Paulo e Brasília.

Questionado se tem alguma dúvida sobre a relação dessas entidades com o MST, Cassel disse: "Não tenho nenhuma comprovação objetiva, documental, de que essas duas entidades sejam ligadas ao MST". Ao lado do Iterra, outra entidade ligada ao MST, Anca e Concrab receberam do governo petista R\$ 41,5 milhões. Desde 2004, porém, esse volume de recursos vem caindo a uma média de 25% ao ano. Ainda sobre as declarações de Mendes, o ministro Cassel disse que a "criminalização é o caminho mais fácil, aparentemente, e menos eficaz".

Na mesma linha, o ministro Paulo Vanucchi (Secretaria Especial de Direitos Humanos) também afirmou que o MST não deve ser criminalizado em razão das mortes ocorridas após a invasão de uma fazenda em Pernambuco. Para o ministro, "movimento social tem que ser equacionado sempre com diálogo". Em evento no Rio, Vanucchi evitou críticas ao presidente do STF, mas "sugeriu" que autoridades públicas não devem se

pronunciar sobre o caso com posicionamento pessoal. Procurado ontem pela **Folha** por meio da assessoria do STF, Mendes não se manifestou. O presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), ministro Ubiratan Aguiar, determinou a técnicos do órgão que elaborem um plano de trabalho para investigar as denúncias feitas por Gilmar Mendes.

### **CPT critica e ruralistas dão apoio a Mendes – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009**

O discurso do presidente do Supremo, Gilmar Mendes, contra supostos atos ilegais do MST e financiamento público obtido pelo movimento foi criticado pelo advogado José Batista Afonso, da Comissão Pastoral da Terra. Para ele, há um "caráter mais político que jurídico". "É estranho que não se ouça palavras sobre impunidade no campo, concentração da terra, necessidade da reforma agrária ou contra proprietários que fizeram grilagem", disse.

Já o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Alencar Burti, enviou ontem carta de apoio a Mendes, na qual chamou de "excrescência" o financiamento do MST. Segundo Burti, a posição do presidente do STF é "oportuna manifestação contra o repasse de verba pública para financiar movimentos sociais que atuam em constante desrespeito ao Estado de Direito".

O promotor gaúcho Gilberto Thums, responsável por uma ação civil pública para declarar o MST ilegal, tem opinião parecida. "O que o ministro quer é: quem pratica atos ilegais não pode receber apoio do poder público."

Para Zander Navarro, professor de sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, iniciativas políticas dos movimentos sociais fazem parte do jogo democrático. "O caminho mais correto, democrático e que poderia realmente aprimorar as instituições e práticas políticas seria sugerir que o Executivo passe a liberar recursos somente com uma contrapartida real de total transparência."

A coordenadora nacional do MST Marina dos Santos disse que Mendes parece um "cabo eleitoral" do governador José Serra (PSDB-SP) e que o presidente do STF deveria usar o mesmo discurso para, entre outras coisas, explicar a soltura do banqueiro Daniel Dantas. "As declarações [de Mendes] são carregadas de preconceito de classe, claramente ideológicas. O senhor Gilmar Mendes está agindo como o líder da direita no país." O STF não comentou as declarações.

Em nota, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) afirmou que Mendes "cumprir com rigor e responsabilidade institucional seu papel de guardião da Constituição e do Estado de Direito". Também em nota, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que reúne entidades como MST, Contag e CPT, disse que as declarações do presidente do STF são "carregadas de preconceito e rancor".

**Advogado de Rainha diz que Mendes deve ser impedido de julgar processos sobre MST** – Claudio Dantas Sequeira – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009

Para o advogado Roberto Rainha, irmão de José Rainha Jr., o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, deve ser impedido de julgar processos que envolvam membros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) após ter chamado de ilegais as invasões de terra em Pernambuco e no Pontal do Paranapanema, no Carnaval. "As declarações do ministro demonstram que ele tem opinião formada sobre o movimento social que reivindica a reforma agrária, diz que é ilícito. Imaginemos que um dia chegue às mãos do ministro uma disputa entre o MST e a UDR, representando os fazendeiros, você acha que ele teria imparcialidade para julgar?", diz o advogado. "Ministros, desembargadores e juízes tem que zelar pelo princípio da imparcialidade."

Em 2004, Mendes autorizou a quebra de sigilo bancário da Concrab, entidade ligada ao MST, a pedido da CPMI da Terra. Em dezembro de 2008, o plenário do STF acompanhou decisão de Mendes que negou recurso impetrado pela defesa de Rainha. Os advogados do líder sem-terra tentam anular o processo que o condenou por porte ilegal de arma, em 2003, alegando que ele não teve direito à ampla defesa. "O ministro não reconheceu o recurso. Entramos com um agravo interno, que também foi rejeitado. Agora esperamos a decisão ser publicada, para entrar com novo recurso", afirma.

No início de fevereiro, os advogados entraram com habeas corpus no STJ (Superior Tribunal de Justiça), pedindo a redução da sentença, de dois anos e oito meses, em regime fechado, a que Rainha foi condenado por porte ilegal de armas. O ministro Nilson Naves ainda não decidiu sobre o pedido. Segundo Roberto, Rainha tem hoje quatro processos em tramitação, todos anteriores a 2002. "Tecnicamente, ele é primário, pois não há sentenças transitadas em julgado."

**Procurador investiga entidades que receberam R\$ 3 mi da União** – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009

O Ministério Público Federal em Presidente Prudente (SP) solicitou ontem à Polícia Federal a abertura de inquérito policial para apurar possível desvio de dinheiro público por duas associações de assentados rurais da região do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado. Os supostos desvios de recursos vinham sendo apurados pela Procuradoria desde setembro de 2008. Segundo o procurador Luiz Roberto Gomes, o objeto da investigação são três convênios feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com a Federação das Associações de Assentados e Agricultores do Oeste Paulista, de Mirante do Paranapanema, e com a Associação Amigos de Teodoro Sampaio, em Teodoro Sampaio. As duas associações receberam cerca de R\$ 3 milhões do ministério para projetos na área de biodiesel. Segundo Gomes, há indícios de desvios de dinheiro.

O ministério disse que desconhecia o pedido de abertura de inquérito e que vai aguardar as investigações. As duas associações são presididas por José Eduardo Gomes de Moraes, ex-coordenador do MST e aliado do líder sem-terra José Rainha Júnior no Pontal. Moraes é filiado ao PV e preside a Câmara de Teodoro Sampaio. Em entrevista à Folha em janeiro, Moraes negou irregularidades no uso da verba. Ontem, ele não foi localizado. Rainha disse que não participa das entidades e que não tem nada para comentar. Ele disse, no entanto, que a investigação tem "cheiro de política".

**Famílias dizem sofrer ameaça de pistoleiros em frente de fazenda** – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) em Pernambuco afirmou que cerca de cem famílias acampadas em frente a uma fazenda no município de Águas Belas (301 km de Recife) estão sendo ameaçadas. De acordo com a nota divulgada pelo movimento, cerca de 20 pistoleiros contratados pelo proprietário para expulsar as famílias da área estão constantemente realizando as intimidações.

Os sem-terra dizem que estão no local aguardando a desapropriação da fazenda desde 2005 e que não é a primeira vez que são intimidados no local. Em 2006, eles afirmaram que alguns dos acampados chegaram a ser espancados e que a polícia apreendeu armamentos dos funcionários da fazenda.

Segundo o MST, o caso já foi denunciado ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e ao Ministério Público Estadual. O proprietário da fazenda não foi localizado pela reportagem para falar sobre o assunto e o delegado regional de Garanhuns, Alex Almeida, afirmou não saber ter informações sobre as ameaças.

**MST: Dilma e ministro defendem repasses** – O Globo – Capa – 28/02/2009

Os ministros Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Dilma Rousseff (Casa Civil) defenderam a legalidade dos repasses para entidades ligadas a movimentos que invadem terras, como o MST, o que é proibido por lei. Cassel chegou a dizer que é impossível associar as entidades com o MST, apesar de elas serem as pessoas jurídicas do movimento.

**MST: ministros defendem repasses** – O Globo – O País – Evandro Éboli e Juraci Perbon  
- 28/02/2009

Dois dias depois das declarações do presidente do STF, Gilmar Mendes, reafirmando ser ilegal o repasse de verbas públicas a movimentos que invadem terras, como o MST, o governo federal saiu ontem em defesa da legalidade dessa transferência de recursos.

Em Florianópolis, a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que o governo cumpre a legislação. Em Porto Alegre, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, também disse que não há irregularidades e chegou a alegar que é impossível associar as entidades beneficiadas com recursos públicos a movimentos sociais como o MST. Segundo ele, essas vinculações são suposições.

Nenhum dos ministros deu uma palavra sequer para condenar atos criminosos em Pernambuco, onde líderes do MST mataram quatro seguranças de fazendas. Em nota, o ministro da Justiça, Tarso Genro, disse apenas que a apuração dos crimes cabe às polícias estaduais. “Do ponto de vista do Ministério, temos consciência de que essas violações de propriedade privada são questões de ordem pública, de responsabilidade dos estados, da polícia estadual e da Justiça estadual”.

— Não operamos com nenhuma ilegalidade — disse Dilma. — E, para que alguma coisa se caracterize como ilegalidade ou legalidade, ou há uma prova real ou um julgamento.

Segundo Dilma, o governo não vai polemizar com o presidente do STF: — Essa é a característica do Executivo.

Não tem que gostar ou não gostar da lei. Tem que cumprir. Nós não temos manifestação a fazer. Respeitamos a declaração do presidente do Supremo, mas o governo cumpre a lei. Quando avaliarmos que alguma coisa está ilegal, não vamos fazer. Enquanto estivermos legais, estamos fazendo.

Cassel disse desconhecer as ligações entre entidades beneficiadas pelo governo e o MST, que, no entanto, são conhecidas por todos da área: — Não passamos nenhum centavo para o MST. O que existe são suposições de que possa haver cooperativas, empresas ou ONGs que tenham vínculos com o MST.

O ministro disse que seria ilegal suspender o repasse para uma entidade pelo fato de ela ter simpatizantes de movimentos sociais.

— Não posso, por lei, discriminar uma entidade porque ela tem simpatizantes do movimento A ou B, do partido político ou de alguma religião. Quando uma entidade presta serviço ao governo, é porque tem CNPJ e cumpre as exigências legais.

**O GLOBO NA INTERNET** Como controlar a aplicação do dinheiro público?  
oglobo.com.br/pais



Não é pequena a herança de mazelas deixadas por qualquer ditadura. A depender da duração do regime de exceção, os quadros políticos não são renovados, e por isso cai a qualidade da representação na volta à democracia. Quanto mais longa a ditadura, pior. A repressão política e a ausência de um estado de direito democrático deixam marcas difíceis de cicatrizar no retorno às liberdades e na reconquista dos direitos civis. No caso brasileiro, várias das distorções existentes na Constituição de 88 derivam dessa herança: leniência no tratamento da criminalidade e excessiva liberalidade nas regras de funcionamento de partidos, entre tantos aleijões.

Além disso, a sociedade saiu de 21 anos de regime fechado tolerante com tudo aquilo que leve o adjetivo “social”. Em nome do “social” relaxa-se diante da favelização, da desordem urbana generalizada, de homicídios, de agressões a preceitos constitucionais no atacado e no varejo. Uma explicação pode estar no fato de que embriões desses tais movimentos enfrentaram a violência de Estado ao lado de várias outras tendências políticas e ideológicas, fizeram parte da ampla aliança de resistência à ditadura.

Mas, passados 23 anos de estabilidade democrática, já é mais do que tempo de se entender que não se consolidará a democracia se o império da lei, o estado de direito não for preservado, sem concessões.

Também é evidente que tendências políticas que enfrentaram a ditadura defendiam a democracia apenas como tática.

Queriam — e alguns ainda querem — executar um projeto autoritário, só que com eles no poder. Nem todo “social” é a favor das liberdades democráticas.

Em última análise, sequer levará o bem-estar às massas.

Já passou da hora de agentes públicos deixarem de ser tíbios diante das ilegalidades cometidas sob o guarda-chuva do “social”.

Esta postura, observada também no governo FH, mas que chega ao ápice intolerável na era Lula, solapa as instituições democráticas.

Particularmente, é grave ameaça quando se aproxima um período eleitoral em que há a possibilidade de grupos que drenam recursos públicos para projetos ideológicos específicos serem retirados do poder pelo voto, dentro das normas usuais numa democracia.

Pavimenta-se o terreno para tentações de sabotagem às práticas eleitorais saudáveis.

Este é o pano de fundo da correta iniciativa do presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, de alertar para a ilegalidade na atuação de organizações de sem-terra — MST à frente — e, em específico, na transferência de recursos públicos para esses grupos, que vivem na semiclandestinidade e atuam ao arrepio da lei, com a conivência de agentes públicos.

Como noticiou O GLOBO ontem, nos últimos sete anos — inclui, portanto, a gestão FH — foram dados a essas organizações R\$ 49,4 milhões em verbas oficiais.

Claro que parte substancial desse dinheiro do contribuinte financiou ilegalidades. As mais recentes: quatro assassinatos em Pernambuco e uma onda de invasões no interior de São Paulo, fatos que motivaram o presidente do STF a se pronunciar.

É imperioso que a Justiça, o Ministério Público, o Poder Legislativo, o Executivo e a própria sociedade façam uma reflexão séria sobre os riscos criados por esta subjugação da Lei a interesses desestabilizadores que atuam contra a democracia valendo-se do quadro social do país.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

